

TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Praia do Flamengo, nº154, 9º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Cedente" ou "Companhia"); e

VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (atual denominação social da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino nº 215, conj 42, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento, na qualidade de representante da comunhão de Debenturistas ("Agente Fiduciário");

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento ("Banco Depositário");

e, na qualidade de interveniente anuente,

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha, 26, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Furnas");

COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL –Eletrobras CGT Eletrosul, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, nº 999, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.507/0001-69, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("CGT Eletrosul");

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE, sociedade anônima de capital fechado, com sede no Edifício Centro Corporativo Portinari, SEP/Norte, Quadra 504, bloco “D”, Asa Norte, CEP 70730-524 – Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.357.038/0001-16, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Eletronorte” e, quando em conjunto com Furnas e Eletrosul, “Acionistas”);

NEOENERGIA S.A., sociedade anônima, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Neoenergia”);

sendo a Cedente, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário, as Acionistas e a Neoenergia doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

CONSIDERANDO QUE:

(i) de forma a financiar a realização de investimentos na Cedente, em 10 de maio de 2012, a Cedente, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e, como fiadora, a Neoenergia firmaram o “*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A.*” (“Escritura de Emissão”), por meio do qual a Cedente realizou a primeira emissão de 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na respectiva data de emissão, perfazendo o montante total de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente);

(ii) em 10 de maio de 2012, a Cedente, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário e a Neoenergia celebraram o “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*”, (“Contrato de Cessão Fiduciária”), por meio do qual, em garantia do cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Cedente em decorrência das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação: (a) o pagamento da totalidade da dívida representada pelas Debêntures, considerando se os valores devidos a título de principal e juros remuneratórios; (b) o pagamento de todos os encargos moratórios e multas decorrentes de eventual atraso, pela Cedente, no pagamento das obrigações devidas nos termos das Debêntures e assumidas nos termos da Escritura de Emissão; e (c) a quitação de todos os tributos, despesas e custos devidos pela Cedente em relação às Debêntures (“Obrigações Garantidas”), a Cedente cedeu fiduciariamente aos

Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, todos os direitos creditórios detidos com relação à Conta Reserva (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e a recursos ali depositados, conforme previsto na Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária;

(iii) a realização da transferência do controle societário da Companhia, através da permuta da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da Neoenergia, nos termos do Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Neoenergia e a Eletronorte, em 16 de dezembro de 2022 (o "Contrato de Permuta" e a "Operação");

(iv) em razão da Operação e conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de setembro de 2023 ("AGD"), foi deliberado e aprovado, dentre outras matérias, pelos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), (a) a celebração do aditamento à Escritura de Emissão, a fim de refletir os efeitos decorrentes da Operação, bem como pela substituição da Neoenergia pela Eletrobras, na qualidade de Fiadora no âmbito da Escritura de Emissão, passando a Eletrobras à condição de única Fiadora, nos exatos termos e condições da Garantia Fidejussória atualmente outorgada pela Neoenergia, e a consequente liberação das obrigações anteriormente assumidas pela Neoenergia; (b) a celebração do presente Aditamento (conforme abaixo definido), a fim de refletir os efeitos decorrentes da Operação, para a substituição da Neoenergia pela Eletronorte, na qualidade de acionista Interveniente Anuente, outorgando quitação à Neoenergia pelas obrigações anteriormente assumidas; e (c) a celebração de aditamento ao "Contrato de Suporte de Acionistas" celebrado em 10 de maio de 2012, entre a Companhia, a Fiadora e o Agente Fiduciário, a fim de refletir os efeitos decorrentes da Operação, para a substituição da Neoenergia pela Eletronorte, na qualidade de acionista, outorgando quitação à Neoenergia pelas obrigações anteriormente assumidas;

(v) por fim, as Partes desejam alterar o preambulo do Contrato de Cessão Fiduciária e a Cláusula 13.9 do Contrato de Cessão Fiduciária para refletir a Operação, bem como para outorgar quitação à Neoenergia pelas obrigações anteriormente assumidas no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária; e

(vi) as Partes desejam aditar o Contrato de Cessão Fiduciária para refletir as deliberações aprovadas na AGD, conforme termos e condições descritos abaixo.

RESOLVEM firmar o presente "Terceiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Aditamento"), a ser regido pelas seguintes cláusulas, termos e condições.

1 DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1 Definições. Para efeitos deste Aditamento, salvo se de outro modo aqui expreso, as palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula deverão ter os significados atribuídos no

Contrato de Cessão Fiduciária, ainda que posteriormente ao seu uso, exceto se de outra forma definidos no presente Aditamento.

1.2 Interpretações. A menos que o contexto exija de outra forma, este Aditamento deve ser interpretado conforme o Contrato de Cessão Fiduciária é interpretado.

2 OBJETO DO ADITAMENTO

2.1 As Partes, por meio da celebração deste Aditamento, resolvem alterar o Preâmbulo do Contrato de Cessão Fiduciária, a fim de refletir o aprovado em AGD, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Praia do Flamengo, nº 154, 9º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Cedente" ou "Companhia"); e

VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (atual denominação social da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino nº 215, conj 42, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento, representando a comunhão de Debenturistas ("Agente Fiduciário");

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento ("Banco Depositário");

e, na qualidade de interveniente anuente,

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha, 26, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Furnas");

COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL – Eletrobras CGT Eletrosul, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, nº 999, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.507/0001-69, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("CGT Eletrosul");

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE, sociedade anônima de capital fechado, com sede no Edifício Centro Corporativo Portinari, SEP/Norte, Quadra 504, bloco "D", Asa Norte, CEP 70730-524 – Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.357.038/0001-16, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Eletronorte" e quando em conjunto com Furnas e Eletrosul, "Acionistas");

2.2 Ato contínuo, as Partes desejam alterar a Cláusula 13.9 do Contrato de Cessão Fiduciária, a fim de refletir o aprovado em AGD, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"13.9. Notificações. Qualquer notificação ou correspondência a ser enviada nos termos do presente Contrato será: (a) entregue em mãos; (b) enviada por correio registrado; (c) enviada por fax; ou (d) enviada por e-mail. Os endereços e demais informações para a entrega de avisos serão os seguintes:

(i) Se para a Cedente:

Teles Pires Participações S.A.

Praia do Flamengo, nº 154, 9º andar - CEP 22210-906 - Rio de Janeiro /RJ

At.: Sr. Flávio Cardim Gouveia de Lima

Tel.: (21) 3559-7109

E-mail: fcardim@uhetelespires.com.br

(ii) Se para o Agente Fiduciário:

VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Gilberto Sabino, nº 215, conj 42, Pinheiros - CEP 05425-020, São Paulo/SP

At.: Sr. Marcio Teixeira e Sra. Eugênia Souza

Tel.: (11) 3030-7177

E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br / pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

(iii) Se para as Acionistas

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte

Edifício Centro Corporativo Portinari, SEP/Norte, Quadra 504, bloco "D", Asa Norte

CEP 70730-524 – Brasília/DF

At.: Henrique Moreira Campos

Tel.: 61 9 8148 6602

E-mail: henrique.campos@eletronorte.com.br / naf@eletronorte.com.br

Furnas – Centrais Elétricas S.A.

Rua Av. Graça Aranha, 26, Centro - CEP 20030-000 – Rio de Janeiro/RJ

At.: Sr. Rodrigo Figueiredo Soria

Tel.: (21) 2528-5252 / (21) 97527-4158

E-mail: rsoria@furnas.com.br

COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - Eletrobras CGT Eletrosul.

Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Pantanal - CEP 88040-901 – Florianópolis/SC

At.: Sra. Rosemar Miranda

Tel.: (48) 3231-7924 / 48 99852-1769

E-mail: rosemar.miranda@cgteletrosul.com.br

(iv) Se para o Banco Depositário:

Caixa Econômica Federal

Superintendência Executiva Corporativo Infraestrutura

Sede: Av. Paulista, 760 – 6º andar - Bela Vista – CEP 01310-100 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3176-2290

Escritório RJ: Av. Oscar Niemeyer, 2000 12º andar Santo Cristo – CEP 20220-297 - Rio de Janeiro/RJ

At.: Sra Raquel Martins

Tel.: (21) 3980-3090 / (21) 3470-0183

E-mail: sec3332sp04@caixa.gov.br; ag3080sp@caixa.gov.br; raquel.s.martins@caixa.gov.br

2.3 Por fim, em decorrência da substituição da Neoenergia pela Eletronorte, na qualidade de acionista, as Partes dão quitação à Neoenergia pelas obrigações anteriormente assumidas no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária.

3 DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As Partes, neste ato, reiteram todas as obrigações assumidas e todas as declarações e garantias prestadas no Contrato de Cessão Fiduciária, que se aplicam ao Aditamento, como se aqui estivessem transcritas.

3.2 As alterações ao Contrato de Cessão Fiduciária pactuadas no presente Aditamento não implicam novação tampouco renúncia pelas Partes de qualquer de seus direitos e obrigações previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, que ficam expressamente ratificados e confirmados, permanecendo em vigor e plenamente aplicáveis todos os demais termos e condições não expressamente alterados pelo presente Aditamento.

3.4 Este Aditamento, bem como as posteriores alterações do Contrato de Cessão Fiduciária, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 10.1 do Contrato de Cessão Fiduciária.

3.5 As dúvidas e/ou controvérsias oriundas do Contrato de Cessão Fiduciária e deste Aditamento continuarão a ser dirimidas perante o foro central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

3.6 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

3.7 O presente Aditamento poderá ser celebrado eletronicamente com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, produzindo todos os seus efeitos com relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, da qual as Partes declaram possuir total conhecimento. Para todos os fins e efeitos de direito, as Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital.

3.7.1 O presente Aditamento produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura digital em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a cidade de São Paulo, estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

São Paulo, 08 de novembro de 2023.

(Página de assinaturas 1/2 do "Terceiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Hugo Leonardo da Silva
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

Nome: Antonio Augusto Bechara Pardaul
Cargo: Diretor Técnico

VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Bruna Vasconcelos Monteiro
Cargo: Procurador

Nome: Rafael Toni
Cargo: Procurador

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome: Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins
Cargo: Procuradora

Nome:
Cargo:

FURNAS – CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Nome: Luiz Eduardo Marques Moreira
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

Nome: Caio Pompeu de Souza Brasil Neto
Cargo: Diretor Presidente

COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL – ELETROBRAS CGT ELETROSUL

Nome: Cleicio Poleto Martins
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Eduardo Cardeal Tomazzia
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardaul, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poleto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

(Página de assinaturas 2/2 do "Terceiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE

Nome: Hugo Leonardo da Silva
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

Nome: Antonio Augusto Bechara Pardauli
Cargo: Diretor Presidente

NEOENERGIA S.A.

Nome: Marcus de Barros Pinto
Cargo: Procurador

Nome: Renato de Almeida Rocha
Cargo: Procurador

Testemunhas:

Nome: Ivan Bichara Sobreira Neto
CPF: 046.675.914-20

Nome: Marcelo Curtinhas da Silva
CPF: 941.660-991-91

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

ANEXO A

CONTRATO CONSOLIDADO

“CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Este Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças (“Contrato”) é celebrado entre as seguintes Partes:

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Praia do Flamengo, nº 154, 9º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 13.212.219/0001-04, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento (“Cedente”);

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA (atual denominação social da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino nº 215, conj 42, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento, na qualidade de representante da comunhão de Debenturistas (“Agente Fiduciário”); e

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento (“Banco Depositário”);

e, na qualidade de intervenientes anuentes,

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha, 26, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Furnas”);

COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL – Eletrobras CGT Eletrosul, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, nº 999, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.507/0001-69, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“CGT Eletrosul”);

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE, sociedade anônima de capital fechado, com sede no Edifício Centro Corporativo Portinari, SEP/Norte, Quadra 504, bloco “D”, Asa Norte, CEP 70730-524 – Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.357.038/0001-16, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Eletronorte”, e em conjunto com Furnas e Eletrosul, “Acionistas”);

sendo a Cedente, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário e as Acionistas doravante denominados, em conjunto, como "Partes", e, individualmente, como "Parte".

ASSIM SENDO, as Partes resolvem consolidar o presente Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

1.1. Os termos utilizados no presente Contrato, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam definidos de outra forma neste Contrato, ainda que posteriormente ao seu uso, terão o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão, cuja cópia segue anexa (Anexo I).

1.2. Para fins deste Contrato, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais.

CLÁUSULA II NOMEAÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO

2.1. Pelo presente instrumento, a Cedente nomeia e constitui o Banco Depositário como seu mandatário, outorgando-lhe suficientes poderes para atuar como fiel depositário dos valores a serem depositados na Conta Reserva, e o Banco Depositário, neste ato, aceita tal nomeação, obrigando-se a cumprir todos os termos e condições aqui previstos.

2.1.1 A procuração mencionada na Cláusula 2.1 acima é outorgada na forma do Anexo II ao presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, a fim de garantir o cumprimento e o pagamento das Obrigações Garantidas assumidas pela Cedente, nos termos da Escritura de Emissão, em conformidade com o artigo 684 do Código Civil Brasileiro e permanecerá em vigor até o cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas.

2.2. Serão tratadas no presente Contrato as seguintes contas:

(a) Conta Reserva: Conta nº 003-00800060-2, Agência nº 3080, Banco nº 104 (Caixa Econômica Federal), de titularidade da Cedente, de movimentação restrita realizada exclusivamente pelo Banco Depositário, nos termos deste Contrato, de acordo com a Cláusula IV abaixo ("Conta Reserva"); e

(b) Conta Movimento: Conta nº 003-00900946-8, Agência nº 3080, Banco nº 104 (Caixa Econômica Federal), de titularidade da Cedente, de livre movimentação pela Cedente nos termos deste Contrato, de acordo com a Cláusula IV abaixo ("Conta Movimento").

CLÁUSULA III CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

3.1. Pelo presente Contrato e em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4728/65") e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997,

conforme alterada ("Lei 9.514/97"), a ceder fiduciariamente aos Debenturistas, neste ato representado pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, os direitos creditórios detidos com relação: (a) à Conta Reserva; (b) a todos os juros, dividendos e outros rendimentos decorrentes dos saldos e Investimentos Permitidos de tempos em tempos mantidos na Conta Reserva; e (c) a todos os montantes e equivalentes em espécie, de tempos em tempos, mantidos na Conta Reserva ("Direitos Cedidos").

3.1.1. As Obrigações Garantidas têm suas características devidamente descritas no Anexo III ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B da Lei 4.728/65 e no artigo 18 da Lei 9.514/97.

3.1.2. Na hipótese de a Cedente não promover a averbação da cessão fiduciária dos Direitos Cedidos no prazo estipulado neste Contrato, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Cedente, como seu bastante procurador, nos termos do disposto no artigo 653 e no parágrafo 1º do artigo 661, ambos do Código Civil, promover a averbação da cessão fiduciária dos Direitos Cedidos referidos nesta Cláusula III, conforme previsto na Cláusula X abaixo.

3.1.3. A cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato permanecerá íntegra e em pleno vigor até: (a) o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; ou (b) que esta seja totalmente excutida e os Debenturistas tenham recebido o produto da excussão dos Direitos Cedidos de forma definitiva e incontestável, o que ocorrer primeiro ("Prazo de Vigência"). Em qualquer dos casos, este Contrato ficará terminado de pleno direito, devendo o Agente Fiduciário assinar o termo de quitação devido.

CLÁUSULA IV CONTA RESERVA E MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

4.1. Decorridos 33 (trinta e três) meses contados da Data de Emissão das Debêntures ("Período de Carência") e até a plena e integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, a Cedente se compromete a depositar e manter depositado na Conta Reserva o Saldo Mínimo para Serviço da Dívida.

4.1.1. O Saldo Mínimo para Serviço da Dívida deverá ser calculado a cada 6 (seis) meses contados a partir do 33º (trigésimo terceiro) mês após a Data de Emissão (inclusive) (cada data, uma "Data de Apuração"), conforme procedimentos mencionados a seguir, e deverá corresponder ao resultado da somatória: (i) do Valor Nominal das Debêntures devido na Data de Amortização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração; (ii) do valor estimado dos Juros Remuneratórios (considerando-se eventuais Juros Remuneratórios acumulados e ainda não pagos) devidos na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração; e (iii) a estimativa referente a eventuais encargos moratórios devidos em razão das Debêntures acumulados até a Data de Amortização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração ("Saldo Mínimo para Serviço da Dívida").

4.1.2. O Agente Fiduciário deverá, a cada Data de Apuração: (i) apurar o valor do Saldo Mínimo para Serviço da Dívida relativo à respectiva Data de Apuração; (ii) solicitar ao Banco Depositário o extrato da Conta Reserva, o qual deverá ser enviado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da referida solicitação; e (iii) informar o valor do Saldo Mínimo para Serviço da Dívida apurado à Cedente, mediante comunicação escrita, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a respectiva Data de Apuração.

4.1.3. A estimativa de que trata o subitem (ii) da Cláusula 4.1.1 acima será feita com base na Taxa DI divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração.

4.2. Recebido o extrato mencionado na Cláusula 4.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá verificar se foi depositado na Conta Reserva, até o 10º (décimo) Dia Útil contado a partir de cada Data de Apuração, o valor equivalente ao Saldo Mínimo para Serviço da Dívida (cada uma dessas datas, uma "Data de Verificação").

4.3. Caso, em qualquer Data de Verificação, não seja verificado pelo Agente Fiduciário que o saldo da Conta Reserva é equivalente a, no mínimo, o Saldo Mínimo para Serviço da Dívida referente à respectiva Data de Apuração, o Agente Fiduciário deverá: (i) notificar o Banco Depositário para que este bloqueie imediatamente os recursos mantidos na Conta Reserva até que sejam depositados os montantes suficientes para complementação do Saldo Mínimo para Serviço da Dívida apurado na respectiva Data de Apuração; e (ii) notificar prontamente a Cedente sobre a insuficiência de recursos depositados na referida conta, solicitando que sejam depositados, imediatamente, os montantes suficientes para complementação do Saldo Mínimo para Serviço da Dívida referente à respectiva Data de Apuração.

4.4. Independentemente dos procedimentos descritos nas Cláusulas 4.2 e 4.3 acima, caso o Agente Fiduciário, mediante extrato solicitado ao Banco Depositário, verifique que, até o 15º (décimo-quinto) Dia Útil contado da respectiva Data de Verificação, o saldo da Conta Reserva é inferior ao Saldo Mínimo para Serviço da Dívida referente à respectiva Data de Apuração, o Agente Fiduciário deverá informar prontamente tal situação à Cedente e à Acionista, com cópia para o Banco Depositário, mediante comunicação escrita, para que estas realizem uma ou mais transferências de recursos, conforme previsto na Cláusula V abaixo.

4.5. Independentemente dos procedimentos descritos nas Cláusulas 4.2, 4.3 e 4.4 acima, caso o Agente Fiduciário, mediante extrato solicitado ao Banco Depositário, verifique que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil contado da respectiva Data de Verificação, o saldo da Conta Reserva é inferior ao Saldo Mínimo para Serviço da Dívida referente à respectiva Data de Apuração, o Agente Fiduciário comunicará imediatamente aos Debenturistas, por escrito e com cópia para a Cedente e o Banco Depositário, sobre o ocorrido, para que os Debenturistas deliberem sobre o vencimento antecipado das obrigações da Cedente decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.3.3 da Escritura de Emissão.

4.6. Exceto conforme disposto neste Contrato, os recursos depositados na Conta Reserva somente poderão ser utilizados para pagamento das Obrigações Garantidas, inclusive no caso das Debêntures serem declaradas antecipadamente vencidas, nos termos da Escritura de Emissão, e permanecerão lá bloqueados nos termos aqui estabelecidos. Não obstante, enquanto não liberados para a Conta Movimento, os recursos depositados na Conta Reserva poderão ser aplicados pelo Banco Depositário, se assim instruído pela Cedente, exclusivamente, em cotas de fundos de investimento com políticas de investimento que exijam uma carteira composta de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de ativos financeiros que acompanhem, direta ou indiretamente, à variação do Depósito Interfinanceiro - DI. O fundo de investimento deverá manter, direta ou indiretamente, 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido aplicado em Títulos Públicos Federais e/ou Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. ("Investimentos Permitidos")."

4.6.1. O investimento dos recursos depositados na Conta Reserva em Investimentos Permitidos será realizado pelo Banco Depositário, conforme estabelecido neste Contrato, sendo certo que a Cedente não poderá sacar quaisquer recursos relacionados aos Investimentos Permitidos, observado que o montante que exceder o Saldo Mínimo para o Serviço da Dívida poderá ser liberado para a Conta Movimento nos termos da Cláusula 4.8 abaixo. Quaisquer desses recursos, bem como quaisquer juros ou outros rendimentos recebidos em relação a cada investimento e reinvestimento dos recursos depositados na Conta

Reserva, nos termos da Cláusula 4.6 acima, deverão ser apropriados aos recursos depositados na Conta Reserva e utilizados conforme aqui estabelecido.

4.6.2. Quaisquer prejuízos incorridos sobre cada investimento e reinvestimento de recursos da Conta Reserva em Investimentos Permitidos serão suportados pela Cedente, que deverá, prontamente, depositar valores adicionais na Conta Reserva para que o saldo da Conta Reserva seja igual ou superior ao Saldo Mínimo para Serviço da Dívida referente à respectiva Data de Apuração. Para tanto, o Banco Depositário deverá informar prontamente tal situação à Cedente, com cópia para o Agente Fiduciário, mediante comunicação escrita. Recebida tal comunicação escrita, a Cedente terá o prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis para a reposição do saldo da Conta Reserva conforme aqui estabelecido, sob pena de aplicar-se o disposto na Cláusula 4.5 acima, devendo os Debenturistas decidirem sobre o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

4.7. Caso, em qualquer Data de Amortização ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, fique constatado que o montante referente ao Saldo Mínimo para Serviço da Dívida não é suficiente para o integral pagamento das Obrigações Garantidas devidas naquele momento, a Cedente deverá complementar com recursos adicionais os valores faltantes, sob pena de aplicar-se o disposto na Cláusula 6.3.3 da Escritura de Emissão.

4.8. Caso venha a ser verificado, pelo Agente Fiduciário, em qualquer Data de Verificação, que os recursos constantes da Conta Reserva ultrapassaram o Saldo Mínimo para Serviço da Dívida apurado na respectiva Data de Apuração, o Agente Fiduciário deverá notificar a Cedente a esse respeito e, caso seja do interesse desta, solicitar ao Banco Depositário a liberação dos recursos em excesso para a Conta Movimento, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, salvo na hipótese de bloqueio da Conta Reserva, conforme previsto na Cláusula VI abaixo.

4.9. Constitui obrigação do Banco Depositário, até o final da liquidação das Obrigações Garantidas, a operacionalização, manutenção e movimentação de todos os recursos depositados na Conta Reserva.

4.10. As transferências a débito na Conta Reserva deverão ser realizadas unicamente pelo Banco Depositário, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação realizado pela Cedente. O Banco Depositário somente estará autorizado a realizar transferências relacionadas à Conta Reserva, mediante instrução específica por escrito do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

4.11. A Conta Reserva não poderá ser encerrada até a final e total liquidação das Obrigações Garantidas, conforme notificação por escrito a ser encaminhada ao Banco Depositário pelo Agente Fiduciário, observado o disposto na Escritura de Emissão e neste Contrato.

CLÁUSULA V REFORÇO DA CONTA RESERVA

5.1. Ocorrendo o disposto na Cláusula 4.4 acima, a Cedente e as Acionistas se comprometem a, no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário, realizar a transferência de recursos imediatamente disponíveis para a Conta Reserva em montante suficiente para a complementação do Saldo Mínimo para Serviço da Dívida referente à respectiva Data de Apuração, sob pena de aplicar-se o disposto na Cláusula 6.3.3 da Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VI BLOQUEIO DE RECURSOS DA CONTA RESERVA

6.1. Caso ocorra qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado ou Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, nos termos da Escritura de Emissão ("Evento de Inadimplemento"), o Agente Fiduciário deverá prontamente enviar ao Banco Depositário comunicação escrita requerendo o bloqueio imediato dos recursos constantes da Conta Reserva. Caso quaisquer recursos da Conta Reserva tenham sido aplicados em Investimentos Permitidos, tais recursos deverão ser desinvestidos e transferidos imediatamente para a Conta Reserva.

6.1.1. O bloqueio mencionado na Cláusula 6.1 acima deverá ser realizado pelo Banco Depositário imediatamente após o recebimento da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário, na forma do Anexo IV a este Contrato.

6.1.2. O Banco Depositário informará ao Agente Fiduciário sobre a efetivação do bloqueio no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da realização do bloqueio. O Agente Fiduciário deverá informar à Cedente sobre a efetivação do bloqueio no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da confirmação do bloqueio pelo Banco Depositário.

6.2. Caso o Evento de Inadimplemento mencionado na Cláusula 6.1 acima seja sanado pela Cedente, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá prontamente enviar comunicação escrita ao Banco Depositário solicitando o desbloqueio dos recursos da Conta Reserva, na forma do Anexo V a este Contrato ("Notificação de Desbloqueio").

6.2.1. Uma vez recebida a Notificação de Desbloqueio, o Banco Depositário deverá desbloquear os recursos depositados na Conta Reserva em até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da Notificação de Desbloqueio, sem prejuízo do disposto na Cláusula IV acima.

6.3. Caso as obrigações decorrentes das Debêntures sejam declaradas antecipadamente vencidas, nos termos da Escritura de Emissão, todos e quaisquer recursos depositados na Conta Reserva serão utilizados para o pagamento das Obrigações Garantidas, devendo o Banco Depositário cumprir com todas as instruções dadas a ele pelo Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos Debenturistas) para tanto.

CLÁUSULA VII DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO BANCO DEPOSITÁRIO

7.1. Fica entendido e ajustado que o Banco Depositário:

(a) não estará obrigado a aceitar quaisquer instruções relativas à Conta Reserva em desacordo com este Contrato;

(b) sem prejuízo de suas obrigações nos termos deste Contrato, não possui qualquer responsabilidade pelas consequências do cumprimento das instruções recebidas de acordo com este Contrato, inclusive com relação aos Investimentos Permitidos, e tampouco estará obrigado a verificar a correção dos dados e informações que lhe sejam apresentados nos termos deste Contrato; e

(c) não possui qualquer participação na Conta Reserva, agindo somente como mandatário e administrador dos recursos ali depositados, detendo apenas a posse (mas não a propriedade) de tais valores.

7.2. O Banco Depositário poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato aqui conferido, mediante aviso por escrito à Cedente e ao Agente Fiduciário com 30 (trinta) dias de antecedência.

7.3. O Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo durante a vigência deste Contrato, destituir o Banco Depositário, caso o mesmo descumpra as obrigações aqui previstas ou deixe de cumprir as instruções recebidas, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias com cópia para a Cedente.

7.4. Após a renúncia ou a destituição do Banco Depositário, a Cedente deverá nomear um sucessor, o qual deverá ser um banco de primeira linha no mercado brasileiro, que possua agências na cidade do Rio de Janeiro e que não tenha qualquer impedimento de natureza contratual ou regulamentar para realizar negócios com o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas ("Novo Banco Depositário").

7.5. Por ocasião da eficácia da renúncia ou destituição e mediante o recebimento de comunicação entregue pela Cedente em conjunto com o Agente Fiduciário, o Banco Depositário substituído deverá encerrar as contas e liberar todos os valores depositados nas contas mencionadas neste Contrato à pessoa que for designada como Novo Banco Depositário.

7.6. O Novo Banco Depositário deverá aderir integralmente aos termos e condições deste Contrato e sucederá nos direitos, poderes e obrigações do Banco Depositário substituído. Tais obrigações, com relação ao Banco Depositário substituído, somente serão consideradas quitadas após a aprovação da respectiva prestação de contas, aprovação essa que deverá ser feita pela Cedente e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, na ocorrência de um Evento de Inadimplemento.

7.7. Sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, o Banco Depositário deverá disponibilizar extratos de movimentação da Conta Reserva em até 3 (três) Dias Úteis a contar da solicitação, relativo ao período objeto da solicitação. A Cedente declara que esta divulgação não configura violação das obrigações de sigilo bancário do Banco Depositário e expressamente autoriza o Banco Depositário a realizar a divulgação das informações relativas à Conta Reserva eventualmente solicitadas pelo Agente Fiduciário sem a necessidade de qualquer notificação, autorização ou providência adicional por parte da Cedente.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CEDENTE

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato, na Escritura de Emissão ou na legislação aplicável, a Cedente obriga-se a:

- (a) observadas as disposições deste Contrato, manter na Conta Reserva recursos em valor igual ou superior ao Saldo Mínimo para Serviço da Dívida;
- (b) prestar ao Banco Depositário todos os esclarecimentos necessários para fins do cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato;
- (c) reembolsar, dentro de um prazo razoável, todas as despesas incorridas e comprovadas pelo Banco Depositário no cumprimento e execução deste Contrato, segundo os termos e condições aqui estabelecidos;
- (d) até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, manter a presente cessão fiduciária em garantia existente, válida, eficaz e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, de acordo com os seus termos e com os termos da Escritura de Emissão;

- (e) não alienar, vender, comprometer-se a vender (neste último caso, exceto por um contrato condicionando a venda à quitação das Debêntures ou condicionando a um consentimento dos Debenturistas), ceder, transferir, emprestar, locar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, ou por qualquer forma voluntariamente desfazer-se dos Direitos Cedidos, nem sobre eles constituir qualquer ônus, gravame ou direito real de garantia ou dispor, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, dos Direitos Cedidos ou quaisquer direitos a estes inerentes, sem prévia e expressa anuência por escrito dos Debenturistas;
- (f) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do momento em que tenha tomado conhecimento, qualquer ato ou fato que possa depreciar ou ameaçar a segurança, liquidez e certeza da garantia fiduciária ora prestada neste Contrato;
- (g) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, ter um efeito adverso relevante para os Debenturistas, ou alterar a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, os Direitos Cedidos, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere esta alínea "g";
- (h) manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações de natureza tributária que sejam necessárias para viabilizar o registro da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, nos termos da legislação em vigor;
- (i) não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, afetar a eficácia da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, inclusive por meio de concessão de adiantamentos de valores que não sejam feitos na Conta Reserva;
- (j) não alterar, encerrar ou onerar, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, a Conta Reserva ou permitir que seja alterada qualquer cláusula ou condição do respectivo contrato de abertura de conta corrente, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração da Conta Reserva; e
- (k) permanecer, até a liquidação da totalidade das Obrigações Garantidas, na posse e guarda dos documentos representativos dos Direitos Cedidos, e outros documentos relativos, incluindo, mas não se limitando a, relatórios, boletos, notas fiscais e faturas, assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositário desses documentos, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los e conservá-los, e a exibi-los ou entregá-los ao Banco Depositário e/ou ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, ou ao juízo competente no prazo que vier por este a ser determinado.

CLÁUSULA IX REMUNERAÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO

9.1. As Partes resolvem que, a título de remuneração pelos serviços prestados durante o período de vigência deste Contrato, a Cedente deverá pagar ao Banco Depositário o valor mensal de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) – valor de referência em 03 AGO 2020 a ser debitado no dia 10 (dez) de cada mês (ou dia útil subsequente) na Conta Movimento, indicada na Cláusula 2.2. Esta tarifa será atualizada anualmente, no mês de agosto, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística - IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

CLÁUSULA X REGISTRO

10.1. A Cedente deverá envidar seus melhores esforços para obter o registro do presente Contrato junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura deste Contrato ou da assinatura de qualquer aditamento a este Contrato, conforme o caso, ficando desde já estabelecido entre as Partes que, em nenhuma hipótese, qualquer valor será desembolsado pelos Debenturistas em razão da subscrição e integralização das Debêntures até que o registro aqui referido seja evidenciado ao Agente Fiduciário conforme previsto na Cláusula 10.1.1 abaixo.

10.1.1. Observado o disposto na Cláusula 10.1 acima, a Cedente deverá entregar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da obtenção de qualquer dos registros mencionados em referida Cláusula 10.1, duas vias originais do presente Contrato ou de seu aditamento, conforme o caso, evidenciando os referidos registros.

10.1.2. Todas as despesas incorridas com relação aos registros do Contrato ou de qualquer aditamento a este Contrato junto aos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverão ser arcadas pela Cedente.

10.1.3. Os prazos estabelecidos nesta Cláusula X somente terão início quando da efetiva assinatura deste Contrato ou de qualquer aditamento a este Contrato, conforme o caso, por todas as Partes, estando o documento, desse modo, pronto para o respectivo registro.

10.2. A Cedente deverá dar cumprimento, às suas expensas, a qualquer outra exigência que venha a ser requerida de acordo com a legislação aplicável necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da cessão fiduciária ora constituída, fornecendo a comprovação do cumprimento da respectiva exigência ao Agente Fiduciário em, no máximo, 2 (dois) Dias Úteis após o respectivo cumprimento.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. A Cedente e a Acionista, na data da assinatura deste Contrato, declaram e garantem, individualmente, ao Agente Fiduciário que:

(a) é uma sociedade devidamente constituída e validamente existente segundo as leis do Brasil;

(b) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Cedente, exigível de acordo com os seus respectivos termos;

(c) possui plenos poderes e capacidade e está devidamente autorizada a celebrar o presente Contrato e a cumprir com todas as obrigações nele previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e o cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato;

(d) os signatários deste Contrato têm poderes e foram devidamente autorizados a celebrar este Contrato, vinculando a Cedente e a Acionista;

(e) nem a celebração deste Contrato nem tampouco a consumação dos termos aqui pactuados violam: (i) qualquer disposição do estatuto social da Cedente e da Acionista; (ii) as normas legais e regulamentares a que a Cedente, as Acionistas e/ou seus bens estejam sujeitos; e/ou (iii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais aos quais a Cedente e as Acionistas estejam vinculada;

(f) a celebração deste Contrato é realizada de boa fé, tendo a Cedente e as Acionistas plena capacidade de assumir as obrigações a elas imputáveis aqui estabelecidas;

(g) não há qualquer ação judicial, procedimento arbitral ou administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato pela Cedente e pela Acionista;

(h) as obrigações assumidas neste Contrato não implicam: (i) o inadimplemento pela Cedente e pelas Acionistas de qualquer obrigação por elas assumidas em qualquer negócio jurídico; (ii) a rescisão de quaisquer contratos celebrados pela Cedente e pela Acionista; ou (iii) o descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento, nem de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, ou decisão arbitral a que a Cedente e as Acionistas estejam sujeitas;

(i) a Cedente é legítima proprietária dos Direitos Cedidos, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, excetuando-se a cessão fiduciária em garantia constituída nos termos deste Contrato, não existindo contra a Cedente qualquer ação ou procedimento judicial, arbitral, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar de forma substancial ou invalidar a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato; e

(j) nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou junto a qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro se faz necessária à celebração e cumprimento deste Contrato.

11.2. Adicionalmente, a Acionista, neste ato, obriga-se a não votar e a não aprovar qualquer alteração ou modificação das disposições do estatuto social da Cedente ou quaisquer outros instrumentos de que façam parte, na qualidade de acionistas da Cedente, a qual objetiva limitar ou obstar o cumprimento e implementação deste Contrato de acordo com seus termos e condições.

11.3. A Cedente se compromete a indenizar e a manter indenidos os Debenturistas, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário, e as respectivas controladoras, coligadas, controladas e afiliadas e os respectivos administradores, empregados, consultores e agentes dos Debenturistas, do Agente Fiduciário e do Banco Depositário, contra todas e quaisquer reivindicações, danos diretos (excluídos os danos indiretos), perdas, obrigações, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima venha a incorrer ou que contra ela venha a ser cobrado, em cada caso em decorrência da não veracidade ou inexatidão de quaisquer de suas declarações e garantias aqui contidas.

11.3.1. Para os fins da Cláusula 11.3 acima, será considerado dano direto qualquer dano relacionado às Debêntures, à Emissão, aos Investimentos ou ao Empreendimento.

11.3.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.3 acima, a Cedente se obriga a notificar os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e o Banco Depositário caso quaisquer das declarações aqui prestadas se tornem inverídicas, incompletas, incorretas, ou inválidas, imediatamente quando tomar conhecimento de tal fato.

11.3.3. No caso de as Partes firmarem aditamento a este Contrato, as declarações e garantias aqui prestadas pela Cedente deverão também ser prestadas com relação ao aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de assinatura do respectivo aditamento, ressalvado as atualizações devidas e necessárias.

CLÁUSULA XII ALTERAÇÕES REFERENTES ÀS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

12.1. A Cedente permanecerá obrigada nos termos do presente Contrato, e os Direitos Cedidos permanecerão sujeitos aos direitos de garantia ora outorgados, a todo o tempo, até o término do presente Contrato nos termos da Cláusula 13.2 abaixo, sem limitação e sem qualquer reserva de direitos contra a Cedente, e independentemente da notificação ou anuência da Cedente, não obstante:

(a) qualquer renovação, prorrogação, aditamento, modificação, vencimento antecipado, transação, renúncia, restituição ou quitação, no todo ou em parte, atinente às Obrigações Garantidas ou de invalidez parcial ou inexecutabilidade de quaisquer dos documentos relacionados às Obrigações Garantidas;

(b) qualquer alteração do prazo, forma, local, valor ou moeda de pagamento das Obrigações Garantidas;

(c) qualquer ação (ou omissão) do Agente Fiduciário, renúncia no exercício de qualquer direito, poder ou prerrogativa e prorrogação do prazo de execução de qualquer direito, contidos nos documentos relacionados às Obrigações Garantidas ou nos termos da legislação aplicável; e/ou

(d) a venda, permuta, renúncia, restituição, liberação ou quitação de qualquer outra garantia, direito de compensação ou outro direito de garantia real a qualquer tempo detido pelos Debenturistas (de forma direta ou indireta) para o pagamento das Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Anexos. Os documentos anexos a este Contrato constituem parte integrante e complementar deste Contrato.

13.2. Extinção e Quitação. Quando do pagamento integral das Obrigações Garantidas, o presente Contrato ficará automaticamente extinto e os direitos de garantia ora constituídos ficarão desconstituídos. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá, às expensas da Cedente, formalizar o termo de quitação e entregar à Cedente todos os documentos necessários para comprovação de tal extinção no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis.

13.3. Renúncias e Alterações. O presente Contrato e suas disposições apenas serão modificados, aditados, complementados ou renunciados com o consentimento expresso e por escrito de todas as Partes.

13.4. Autonomia das Disposições. Caso qualquer disposição do presente Contrato seja julgada inválida, ilegal ou inexecutável nos termos da legislação aplicável, a disposição será considerada ineficaz apenas na medida de tal invalidade, ilegalidade ou inexecutabilidade e não afetará quaisquer outras disposições do presente Contrato nem a validade, legalidade ou executabilidade da disposição em questão em qualquer outra jurisdição. Na medida permitida pela legislação aplicável, as Partes, de boa fé, negociarão e celebrarão uma alteração ao presente Contrato a fim de substituir qualquer disposição por uma nova que: (a) reflita sua intenção original; e (b) seja válida e vinculante.

13.5. Não Prejuízo a Outros Direitos de Garantia. A garantia prevista no presente Contrato será adicional e independente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas (direta ou indiretamente) venham a qualquer tempo deter com relação a quaisquer das Obrigações Garantidas.

13.6. Ausência de Renúncia. Qualquer atraso ou renúncia das partes em exercer seus poderes ou direitos decorrentes deste Contrato não implicará nem deverá ser interpretada como uma renúncia ou novação. Os direitos e ações previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente e não excluem quaisquer outros direitos ou ações previstas em lei.

13.7. Sucessão. As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as Partes, seus sucessores e cessionários a qualquer título ao seu fiel e pontual cumprimento.

13.8. Cessão. Sem prejuízo do direito do Banco Depositário de enviar uma notificação de renúncia, conforme prevista na Cláusula 7.3 acima, a Cedente, as Acionistas e o Banco Depositário não poderão ceder este Contrato bem como as obrigações decorrentes deste, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento por escrito do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas. O Agente Fiduciário somente poderá ceder os seus direitos e obrigações nos termos deste Contrato para um cessionário permitido nos termos da Escritura de Emissão.

13.9. Notificações. Qualquer notificação ou correspondência a ser enviada nos termos do presente Contrato será: (a) entregue em mãos; (b) enviada por correio registrado; (c) enviada por fax; ou (d) enviada por e-mail. Os endereços e demais informações para a entrega de avisos serão os seguintes

(i) Se para a Cedente:

Teles Pires Participações S.A.

Praia do Flamengo, nº 154, 9º andar - CEP 22210-906 - Rio de Janeiro/RJ

At.: Flávio Cardim Gouveia de Lima

Tel.: (21) 3559-7109

E-mail: fcardim@uhetelespires.com.br

(ii) Se para o Agente Fiduciário:

VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Gilberto Sabino, nº 215, conj 42, Pinheiros - CEP 05425-020, São Paulo/SP

At.: Sr. Marcio Teixeira e Sra. Eugênia Souza

Tel.: (11) 3030-7177

E-mail: agentefiduciario@vortx.com.br / pu@vortx.com.br (para fins de precificação)

(iii) Se para as Acionistas:

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte

Edifício Centro Corporativo Portinari, SEP/Norte, Quadra 504, bloco "D", Asa Norte
CEP 70730-524 – Brasília/DF
At.: Henrique Moreira Campos
Tel.: 61 9 8148 6602
E-mail: henrique.campos@eletronorte.com.br / naf@eletronorte.com.br

Furnas Centrais Elétricas S.A.

Rua Av. Graça Aranha, 26, Centro - CEP 20030-000 – Rio de Janeiro/RJ
At.: Sr. Rodrigo Figueiredo Soria
Tel.: (21) 2528-5252 / (21) 97527-4158
E-mail: rsoria@furnas.com.br

Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica Do Sul Do Brasil – Eletrobras CGT Eletrosul.

Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Pantanal - CEP 88040-901 – Florianópolis/SC
At.: Sra. Rosemar Miranda
Tel.: (48) 3231-7924 / 48 99852-1769
E-mail: rosemar.miranda@cgteletrosul.com.br

(iv) Se para o Banco Depositário:

Caixa Econômica Federal

Superintendência Executiva Corporativo Infraestrutura
Sede: Av. Paulista, 760 - 6º andar - Bela Vista – CEP 01310-100 - São Paulo/SP
Tel (11) 3176-2290
Escritório RJ: Av. Oscar Niemeyer, 2000 – 12º andar – Santo Cristo – CEP 20220-297 - Rio de Janeiro/RJ
At.: Sra. Raquel Martins
Tel (21) 3980-3090 / (21) 3470-0183
E-mail: sec3332sp04@caixa.gov.br; ag3080sp@caixa.gov.br; raquel.s.martins@caixa.gov.br

13.9.1. As comunicações serão consideradas entregues (a) quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima e (b) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.9.2. A mudança de qualquer um dos dados para contato indicados acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seus dados alterados, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

13.10. Lei Aplicável. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

13.11. Foro. As Partes elegem, por este ato, o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios decorrentes do presente Contrato."

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A., celebrado em 10 de maio de 2012 e conforme aditado.

ESCRITURA DE EMISSÃO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 154, 9º andar (parte), CEP 22.210-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia"); e

VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (atual denominação social da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino nº 215, conj 42, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento, representando a comunhão de Debenturistas ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de interveniente anuente,

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS, sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, nº 196, 25º andar, Centro, CEP 20.091-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.001.180/0001-26, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Eletrobras" ou a "Fiadora");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A.*” (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA I - TERMOS DEFINIDOS

1.1. Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Anexo I.

CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÕES

2.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da AGE da Companhia, realizada em 15 de dezembro de 2011 e rerratificada em 08 de maio de 2012, na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições; e (b) a constituição da garantia representada pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo).

2.2. A Garantia Fidejussória prestada pela Fiadora: (i) foi aprovada, parcialmente, em Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras, realizada em 27 de setembro de 2012; e (ii) foi aprovada integralmente em Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras, realizada em 29 de setembro de 2023.

CLÁUSULA III - REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação dos Atos Societários

3.1.1. A ata da AGE foi devidamente arquivada na JUCERJA em 29 de dezembro de 2011 sob o nº 00002276815 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, conforme artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

3.1.1.1. A ata da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que rerratificou a ata da AGE foi realizada em 08 de maio de 2012 e será oportunamente registrada perante a JUCERJA e publicada, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

3.1.2. A ata da Reunião do Conselho de Administração da Fiadora aprovando a outorga da garantia fidejussória, devidamente arquivada na junta comercial, conforme artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, será apresentada pela Fiadora no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua realização.

3.2. Arquivamento da Escritura na JUCERJA

3.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

3.3. Constituição da Garantia Real

3.3.1. A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios descrita na Cláusula 4.9.1 desta Escritura será devidamente constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, às expensas da Emissora, sob pena de não subscrição e integralização das Debêntures pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 5.2.2 desta Escritura.

3.3.1.1. A Emissora deverá envidar seus melhores esforços para obter o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, em até 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, ficando desde já estabelecido entre as Partes que, em nenhuma hipótese, qualquer valor será desembolsado pelos Debenturistas em razão da subscrição das Debêntures até que o registro aqui referido seja evidenciado ao Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 5.2.2 abaixo.

3.3.1.2. A Emissora deverá enviar o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ao Agente Fiduciário, 2 (duas) vias físicas ou a via eletrônica (pdf) caso seja realizado por meio da chancela digital, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após o respectivo registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo.

3.4. Registro da Garantia Fidejussória

3.4.1. Observado o disposto na Cláusula 4.8 abaixo, a presente Escritura, em função da garantia fidejussória nela prestada, será devidamente registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, às expensas da Emissora, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de assinatura desta Escritura, sob pena de não subscrição e integralização das Debêntures pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 5.2.2 desta Escritura.

3.4.1.1. A Emissora deverá enviar esta Escritura ao Agente Fiduciário 2 (duas) vias físicas ou a via eletrônica (pdf) caso seja realizado por meio da chancela digital, devidamente registrada na JUCERJA e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de até

10 (dez) Dias Úteis após o registro de que trata a Cláusula 3.4.1 acima.

3.5. Registro na B3

3.5.1. A Emissão será registrada para custódia eletrônica e liquidação financeira dos eventos no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela B3, de forma que os Debenturistas poderão solicitar que as Debêntures sejam custodiadas eletronicamente no SND.

CLÁUSULA IV – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires (“Usina Hidrelétrica Teles Pires” ou “Empreendimento”), na qualidade de acionista; (ii) desenvolver e negociar financiamento para a implantação do Empreendimento, na condição de acionista.

4.2. Número da Emissão

4.2.1. A presente Escritura constitui a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

4.3. Número de Séries

4.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

4.4. Valor Total da Emissão

4.4.1. O valor total da Emissão é de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

4.5. Banco Mandatário e Escriturador

4.5.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário” e “Banco Escriturador”, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Mandatário e Banco Escriturador). O Banco Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

4.6. Destinação dos Recursos

4.6.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados exclusivamente para

realização de investimentos na CHTP (“Investimentos”), de acordo com o Plano de Investimentos constante do Anexo II desta Escritura.

4.6.2. Fica desde já acordado que: (i) não serão considerados Investimentos os dispêndios relacionados à manutenção, custeio e consumo da Emissora ou da CHTP, bem como quaisquer despesas administrativas incorridas ou que venham a ser incorridas pela Emissora ou pela CHTP, tais como despesas com viagens, estadia, telefonia, materiais de escritório e/ou publicidade institucional, dentre outros; (ii) a Emissora e suas subsidiárias e/ou controladas não poderão financiar mais de 90% (noventa por cento) dos Investimentos descritos no Plano de Investimento com recursos obtidos por meio desta Emissão; e (iii) a Emissora e/ou seus acionistas deverão investir um valor mínimo de recursos próprios correspondente à R\$72.222.222,22 (setenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos) para a execução do Plano de Investimentos.

4.6.3. Os Investimentos deverão ser realizados em até 1.095 (mil e noventa e cinco) dias a contar da Data de Emissão e deverão ser realizados com o valor total dos recursos decorrentes da presente Emissão.

4.6.4. Os Debenturistas poderão solicitar diretamente à Emissora as notas fiscais ou faturas referidas no Plano de Investimentos, mediante solicitação por escrito. As cópias das notas fiscais ou faturas solicitadas deverão ser mantidas pela Emissora por 5 (cinco) anos contados da data de suas respectivas emissões e deverão ser encaminhadas a cada um dos Debenturistas no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da respectiva data de solicitação.

4.6.4.1. As notas fiscais e faturas referidas e/ou decorrentes do Plano de Investimentos e utilizadas para a elaboração dos Relatórios de Investimentos deverão ser emitidas em data posterior à Data de Emissão.

4.6.5. Em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término do prazo para realização dos Investimentos, a Companhia deverá enviar a cada um dos Debenturistas, juntamente com o último Relatório de Investimentos, Carta de Conforto confirmando que: (i) os valores discriminados em todos os Relatórios de Investimentos referem-se efetivamente a Investimentos constantes do Plano de Investimentos; (ii) os Investimentos foram efetivamente realizados; (iii) as notas fiscais e faturas indicadas nos Relatórios de Investimentos referem-se a valores que não tenham sido objeto de outros financiamentos junto a terceiros; (iv) os recursos da Emissão foram utilizados para pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor total do Plano de Investimentos; e (v) o valor mínimo correspondente à R\$72.222.222,22 (setenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos) foi investido por meio da utilização de recursos próprios da Emissora e/ou de seus acionistas.

4.6.5.1. Os Relatórios de Investimentos em conjunto com a Carta de Conforto serão os documentos necessários e eficazes para os Debenturistas analisarem a comprovação da realização dos Investimentos. Caso qualquer dos Debenturistas não se manifeste no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega da Carta de Conforto e dos Relatórios de Investimento, os Relatórios de Investimentos ficarão automaticamente aprovados.

4.6.5.2. Caso qualquer dos Debenturistas, no prazo de 30 (trinta) dias estipulado na Cláusula 4.6.5.1 acima, entenda que um ou mais itens dos Relatórios de Investimentos não se adequam ao descrito no Plano de Investimentos, informará por escrito ao Agente Fiduciário e à Emissora sobre tal fato, devendo a Emissora substituir os itens reprovados por outros aceitáveis aos Debenturistas. A Emissora terá 30 (trinta) dias para informar os novos itens aos Debenturistas, acompanhados de nova Carta de Conforto.

4.6.5.3. Se mesmo após a substituição dos itens reprovados, prevista na Cláusula 4.6.5.2 acima, qualquer dos Debenturistas entender novamente, por meio de notificação apresentada por escrito à Emissora, que os itens não se adequam ao descrito no Plano de Investimentos, as Debêntures poderão vencer antecipadamente, nos termos da alínea "s" da Cláusula 6.3.3 desta Escritura.

4.6.5.3.1. As Partes concordam desde já que os Debenturistas não poderão reprovar itens do Relatório de Investimento que estejam relacionados a investimentos em infraestrutura na construção da Hidrelétrica Teles Pires de propriedade da CHTP e que estejam de acordo com o Plano de Investimento, observado o disposto na Cláusula 4.6.2(i) acima.

4.6.6. Em qualquer hipótese, os Investimentos a serem realizados com os recursos decorrentes desta Emissão deverão estar em conformidade com o Plano de Investimento e com o Regulamento do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, o qual a Emissora neste ato e por este instrumento declara conhecer e concordar.

4.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.7.1. A distribuição das Debêntures será privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo expressamente vedada a negociação das Debêntures em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvado o disposto na Cláusula 5.1.7 abaixo.

4.8. Garantia Fidejussória

4.8.1. As Debêntures são garantidas por Garantia Fidejussória, constituída neste ato, prestada pela Fiadora, que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga, perante os Debenturistas na qualidade de devedora e principal pagadora de todas as

obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação.

4.8.1.1. A Fiadora desde já renuncia expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 125 e 794 do Código de Processo Civil.

4.8.1.2. A Eletrobras declara e garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ser titular de 100% (cem por cento) do capital social votante da Eletrosul, de 100% (cem por cento) do capital social votante e total da Furnas e de 100% (cem por cento) do capital social votante e total da Eletronorte, as quais, em conjunto, são titulares de 100% (cem por cento) do capital social votante e total da Companhia.

4.8.2. A Garantia Fidejussória visa a garantir o integral e pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, incluindo os Juros Remuneratórios e os Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura ("Valor Garantido").

4.8.3. A Garantia Fidejussória aqui referida é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.8.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.8.5. O Valor Garantido será pago pela Fiadora no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento e o montante a ser pago, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, os Juros Remuneratórios ou os encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

4.8.6. O pagamento citado na Cláusula 4.8.5 acima deverá ser realizado de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.8.7. As Garantias Fidejussórias poderão ser integralmente excutidas e exigidas pelo Agente Fiduciário da Fiadora, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.8.8. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Garantia Fidejussória aqui estabelecida.

4.8.9. A Garantia Fidejussória entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive nos casos de repactuação ou prorrogação.

4.8.10. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

4.9. Garantia Real

4.9.1. Como garantia do fiel, integral e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, deverá ser devidamente constituída a cessão fiduciária dos direitos sobre a Conta Reserva a ser mantida pela Emissora, formalizada por meio do “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*”, celebrado em 10 de maio de 2012, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário e a Fiadora, conforme aditado em 05 de dezembro de 2012, em 28 de dezembro de 2020 e, pela última vez, em 08 de novembro de 2023, pelo “*Terceiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*”, celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (“Eletronorte”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”) (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” e “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”, respectivamente, e, em conjunto com a Garantia Fidejussória, “Garantias”).

4.9.2. Ocorrendo uma Hipótese de Vencimento Antecipado Automático ou uma Hipótese de Vencimento Antecipado e tendo ocorrido o vencimento antecipado das obrigações da Emissora em relação às Debêntures, nos termos pactuados nesta Escritura, deverão ser observadas as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios com relação à utilização dos recursos recebidos em decorrência da excussão da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora.

4.9.3. Os principais termos e condições aplicáveis à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, estão detalhados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

4.9.4. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo os Debenturistas executarem todas ou cada uma delas

indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as obrigações pecuniárias da Emissora devidas nos termos das Debêntures e assumidas nesta Escritura.

4.9.5. Os recursos decorrentes da execução das Garantias serão compartilhados entre os Debenturistas de forma proporcional, conforme a quantidade de Debêntures detida por cada um destes.

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

5.1.2. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) Debêntures, em série única.

5.1.3. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de maio de 2012 (“Data de Emissão”).

5.1.4. **Prazo e Datas de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2032 (“Data de Vencimento”). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados nos termos da Cláusula 5.4.2 abaixo, além dos Encargos Moratórios eventualmente devidos nos termos desta Escritura.

5.1.5. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelares ou certificados.

5.1.6. **Comprovação de Titularidade das Debêntures:** A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

5.1.7. **Negociação das Debêntures e Direito de Preferência:** As Debêntures poderão ser objeto de negociação privada, observada a regulamentação aplicável em cada caso. A transferência, cessão ou alienação, sob qualquer forma, das Debêntures por qualquer dos

Debenturistas ficará condicionada à prévia comunicação, por escrito, à Emissora.

5.1.7.1. A Emissora compromete-se a colaborar com qualquer esforço de transformar a emissão em oferta pública das Debêntures, por demanda de qualquer dos Debenturistas, obedecendo, neste caso, o respectivo quórum de deliberação. No caso de negociação pública das Debêntures, a Emissora deverá fornecer todas as informações e declarações necessárias à obtenção do respectivo registro de oferta pública, conforme aplicável. Na hipótese de negociação pública ou privada das Debêntures, os custos correspondentes serão suportados pelos Debenturistas.

5.1.7.2. Cada um dos Debenturistas, por meio deste instrumento, outorga à Emissora o direito de preferência para a compra, irrevogável e irretroatável, das Debêntures que venham a ser objeto de negociação privada ou oferta pública, por qualquer Debenturista, nos termos da Cláusula 5.1.7 acima ("Direito de Preferência"). O Direito de Preferência poderá ser exercido pela Emissora nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, sendo facultado à Emissora, a seu critério, optar por exercê-lo com relação à totalidade ou apenas parte das Debêntures objeto da negociação privada ou oferta pública, conforme o caso.

5.1.7.3. O(s) Debenturista(s) interessado(s) em realizar a negociação privada ou oferta pública de qualquer das Debêntures deverá(ão) enviar comunicação, por escrito, à Emissora informando sobre a sua intenção ("Notificação de Negociação"). Na Notificação de Negociação deverão constar os principais termos e condições da negociação privada ou oferta pública pretendida, com o objetivo de a Emissora ter os parâmetros para tomar sua decisão de exercer ou não o Direito de Preferência.

5.1.7.4. O exercício do Direito de Preferência, pela Emissora, deverá ocorrer mediante manifestação escrita desta última endereçada ao(s) respectivo(s) Debenturista(s) alienante(s), com cópia ao Agente Fiduciário, manifestação esta que deve ser recebida por tal(is) Debenturista(s) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da Notificação de Negociação pela Emissora. A ausência de manifestação da Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis aqui estabelecido será considerada como renúncia da Emissora ao seu Direito de Preferência.

5.1.7.5. Caso a Emissora se manifeste favoravelmente ao exercício do Direito de Preferência para a compra das Debêntures: (i) as Partes deverão celebrar os documentos necessários, por meio de negociação privada, para que a Emissora possa adquirir as Debêntures objeto do Direito de Preferência; (ii) as Debêntures deverão ser adquiridas pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios; e (iii) a liquidação financeira da aquisição das Debêntures objeto do Direito de Preferência deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da celebração dos documentos mencionados na alínea "i" desta Cláusula 5.1.7.5, fora do âmbito da B3, devendo tais documentos conter as disposições necessárias para refletir tal

obrigação.

5.1.7.6. Caso a Emissora se manifeste negativamente ao exercício do Direito de Preferência para a compra das Debêntures, ou não se manifeste no prazo previsto na Cláusula 5.1.7.4 acima, o(s) Debenturista(s) poderá(ão) seguir adiante com a negociação privada ou oferta pública das Debêntures, nos termos por ele(s) informados na Notificação de Negociação.

5.1.7.7. Todos os Debenturistas que venham a adquirir Debêntures, seja por meio de negociação privada, seja por meio de oferta pública, ficarão obrigados a observar o disposto nesta Escritura, inclusive o disposto nas Cláusulas 5.1.7.2 e seguintes com relação ao Direito de Preferência.

5.1.7.9. Caso ocorra oferta pública das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 5.1.7 acima, as Partes se comprometem a firmar aditamento a esta Escritura com o objetivo de refletir as alterações necessárias, conforme aplicável.

5.1.8. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.

5.2. Preço e Condições de Subscrição

5.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, sem a incidência de qualquer correção monetária ou acréscimo de qualquer valor adicional, fora do âmbito da B3.

5.2.2. A subscrição das Debêntures ocorrerá em até 5 (cinco) Dias Úteis após o cumprimento comprovado das respectivas condições precedentes abaixo estabelecidas:

(a) obtenção de súmula de classificação de risco emitida, de forma privada, por uma agência de *rating* de renome internacional (Fitch Ratings, Standard & Poors ou Moody's) ("Agência de Rating"), contratada pela Emissora, igual ou maior do que A(bra), na escala nacional (brasileira) da Standard & Poors, ou equivalente, se emitida por outra Agência de *Rating*;

(b) arquivamento desta Escritura na JUCERJA e registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo;

(c) constituição e formalização das Garantias descritas nas Cláusulas 4.8.1 e 4.9.1 acima, conforme previsto nas Cláusulas 3.3 e 3.4 acima;

(d) arquivamento da ata de Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a que se refere a Cláusula 3.1.1.1 acima, bem como sua publicação, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações; e

(e) emissão de opinião legal em termos satisfatórios ao Debenturistas, pelo Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados, assessor jurídico da Emissão.

5.3. Forma e Data de Integralização

5.3.1. Após a subscrição das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.2.2 acima, e em até 1 (um) Dia Útil após o recebimento, pelos Debenturistas, do extrato de comprovação da titularidade das Debêntures emitido pelo Banco Escriturador ou o termo de abertura e página do “Livro de Registro de Debêntures” da Emissora que comprovem a titularidade das debêntures, as Debêntures serão integralizadas à vista (“Data de Integralização”), em moeda corrente nacional, mediante depósito, via Transferência Eletrônica Disponível - TED na conta nº 32503-1, agência 2373-6, do Banco Bradesco (237), de titularidade da Emissora.

5.4. Remuneração

5.4.1. **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

5.4.2. **Juros Remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 0,7% (sete décimos por cento) ao ano, da Data de Emissão até 15 de setembro de 2023, inclusive e, a partir desta data, 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano (“Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, da Data de Incorporação (conforme abaixo definida) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

5.4.2.1. Observada a periodicidade prevista na Cláusula 5.6 abaixo e o disposto na Cláusula 5.4.2.2 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante: (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado ou Hipótese de Vencimento Antecipado Automático; ou (b) do Resgate Antecipado, conforme aplicável.

5.4.2.2. Os Juros Remuneratórios calculados durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o 36º (trigésimo sexto) mês após a Data de Emissão, inclusive, ou seja, em 30 de maio de 2015 (“Juros Incorporados” e “Data de Incorporação”, respectivamente), serão incorporados ao Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.4.2.3. Os Juros Remuneratórios serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até nDI.

nDI = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “nDI” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

Para os Períodos de Capitalização encerrados até 31 de maio de 2023:

$$FatorSpread = (spread1 + 1)^{\frac{DP1}{252}}$$

Durante o período de capitalização de juros de 31 de maio de 2023 a 30 de novembro de 2023:

$$FatorSpread = (spread1 + 1)^{\frac{DP1}{252}} \times (spread2 + 1)^{\frac{DP2}{252}}$$

Nos demais períodos de capitalização de juros:

$$FatorSpread = (spread2 + 1)^{\frac{DP3}{252}}$$

onde,

spread1 = 0,0070, até 15/09/2023, inclusive;

spread2 = 0,0180, a partir de 15/09/2023, exclusive;

DP1 = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo a data de cálculo limitada a 15/09/2023 e sendo "DP1" um número inteiro; e

DP2 = número de dias úteis entre a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior ou 15/09/2023, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP2" um número inteiro;

DP3 = número de Dias Úteis entre a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

5.4.2.3. Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.4.2.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura será utilizado, em sua substituição, para apuração de “TDIK”, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.4.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, por determinação legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 5.4.2.6 abaixo.

5.4.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo

seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou Data de Incorporação ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIK o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 5.4.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.

5.4.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

5.4.3. **Remuneração Adicional:** Além dos Juros Remuneratórios, a Emissora deverá pagar aos Debenturistas uma remuneração adicional de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por Debênture subscrita e integralizada, totalizando o valor de R\$ 3.250.000,00 (três milhões e duzentos e cinquenta mil reais) pela totalidade das Debêntures emitidas.

5.4.3.1. A remuneração adicional prevista na Cláusula 5.4.3 acima deverá ser paga pela Emissora aos Debenturistas uma única vez e em até 1 (um) Dia Útil após a Data de Integralização, à vista, em moeda corrente nacional, mediante depósito ou Transferência Eletrônica Disponível – TED, em conta corrente a ser previamente designada pelos Debenturistas por escrito à Emissora.

5.5. Amortização do Valor Nominal Unitário

5.5.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Incorporados será amortizado em 34 (trinta e quatro) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira amortização realizada no 42º (quadragésimo segundo) mês contado a partir da Data de Emissão, ou seja, em 30 de novembro de 2015, e a última amortização na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização”). A tabela com as Datas de Amortização e o percentual a ser pago sobre o Valor Nominal Unitário encontra-se anexa à presente Escritura (Anexo III).

5.6. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

5.6.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios será feito semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido no 42º (quadragésimo segundo) mês após a Data de Emissão, ou seja, em 30 de novembro de 2015, e o último pagamento na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

5.7. Repactuação Programada

5.7.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.8. Local de Pagamento

5.8.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures, exceto a Remuneração Adicional mencionada na Cláusula 5.4.3 acima, serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) dos procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, observados os procedimentos adotados pelo Banco Escriturador, mediante depósito bancário em conta de titularidade e de livre movimentação do Debenturista, por este indicada previamente e por escrito à Emissora, servindo o comprovante de crédito dos respectivos recursos como recibo de quitação das Debêntures.

5.9. Prorrogação dos Prazos

5.9.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à subscrição e integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.10. Encargos Moratórios

5.10.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

5.11. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.11.1. O não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado enviado pela Emissora aos Debenturistas, não lhes dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento das respectivas obrigações pecuniárias, sendo-lhes, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.12. Publicidade

5.12.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados pela Emissora, sob a forma de "Aviso aos Debenturistas", a serem enviados aos endereços ou correios eletrônicos dos Debenturistas e do Agente Fiduciário, sendo que tais comunicados serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo de recebimento de correio eletrônico ou com "aviso de recebimento" pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama, bem como disponibilizados na página da Eletrobras na rede mundial de computadores (www.eletrobras.com) ("Aviso aos Debenturistas").

5.13. Imunidade de Debenturistas

5.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei. Na hipótese de qualquer dos Debenturistas gozar de alguma imunidade ou isenção tributária conforme aqui previsto, tal Debenturista poderá estar isento da incidência de quaisquer tributos devidos pelo recebimento de juros e principal decorrentes das Debêntures, sendo neste caso os pagamentos devidos nos termos desta Escritura a tal Debenturista isentos de qualquer dedução ou retenção de Imposto de Renda na Fonte.

5.13.2. Caso quaisquer outros tributos venham a incidir sobre os pagamentos previstos nesta Escritura, relacionados às Debêntures, no que tange a qualquer dos Debenturistas, tais tributos deverão ser suportados pela Emissora, a qual efetuará referidos pagamentos líquidos de tais tributos.

5.14. Classificação de Risco

5.14.1. A Emissora deverá contratar a Agência de *Rating*, que deverá, para fins da subscrição e integralização das Debêntures pelos Debenturistas, atribuir à Oferta *rating* igual ou maior do que A(bra), na escala nacional (brasileira) da Standard & Poors, ou equivalente, se emitida por outra Agência de *Rating*.

CLÁUSULA VI - AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Aquisição Facultativa

6.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir qualquer quantidade de Debêntures em Circulação, as quais deverão ser canceladas.

6.2. Resgate Antecipado

6.2.1. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente, a qualquer tempo e a exclusivo critério da Emissora ("Resgate Antecipado"), desde que, tenha ocorrido: (i) o recebimento, pelos Debenturistas, dos Relatórios de Investimento e da Carta Conforto, nos termos da Cláusula 4.6.5 acima, (ii) a comprovação da utilização dos recursos captados por meio desta Emissão para destinação prevista na Cláusula 4.6 acima, e (iii) a aprovação pelos Debenturistas dos Relatórios de Investimento e da Carta Conforto, nos termos da Cláusula 4.6.5.1 acima.

6.2.1.1. O Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação escrita dirigida aos Debenturistas ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias contados da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado será total ou parcial e, caso seja parcial, a quantidade de Debêntures em Circulação a serem resgatadas; (c) o prêmio de resgate, a ser calculado de acordo com a Cláusula 6.2.2.1 abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

6.2.2. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Incorporação ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento das Debêntures resgatadas ("Valor de Resgate"); e (ii) de prêmio de resgate, a ser calculado de acordo com a Cláusula 6.2.2.1 abaixo. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

6.2.2.1. O prêmio de resgate a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado das Debêntures será calculado de acordo com as fórmulas abaixo:

No caso de Resgate Antecipado total:

$$P = (0,015 \times d/D) \times \text{Valor de Resgate}$$

No caso de Resgate Antecipado parcial:

$$P = 0,015 \times \text{Valor de Resgate}$$

Sendo:

P = prêmio do Resgate Antecipado apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias entre a Data de Resgate Antecipado e a Data de Vencimento;

D = quantidade de dias entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento.

6.2.3. No caso de Resgate Antecipado parcial, não haverá a possibilidade de resgate em quantidade inferior a 10.000 (dez mil) Debêntures em Circulação.

6.2.4. No caso de Resgate Antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio da Comunicação de Resgate, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

6.2.5. No caso do Resgate Antecipado parcial mencionado acima, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado será realizada fora do âmbito da B3 ou de acordo com os procedimentos adotados por esta na época do efetivo resgate.

6.2.6. A B3 deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora que contenha o “de acordo” do Agente Fiduciário.

6.3. Vencimento Antecipado

6.3.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Incorporação ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, bem como de Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada uma dessas hipóteses, uma “Hipótese de Vencimento Antecipado Automático”):

(a) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou a esta Escritura e não sanado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo descumprimento, ressalvado o disposto na alínea “d” abaixo;

- (b) ocorrência de (i) ingresso pela Emissora e/ou pela CHTP e/ou pela Fiadora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; (ii) pedido de autofalência, por parte da Emissora e/ou da CHTP e/ou da Fiadora; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou da CHTP e/ou da Fiadora; (iv) apresentação de pedido, por parte da Emissora e/ou da CHTP e/ou da Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; ou (v) quaisquer procedimentos análogos aplicáveis, atualmente existentes ou que venham a ser criados por lei, requeridos pela Emissora, pela CHTP ou pela Fiadora, ou contra qualquer uma delas decretado;
- (c) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais em face da Emissora e/ou da CHTP, em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), e/ou contra a Fiadora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para as quais a Emissora e/ou a CHTP e/ou a Fiadora não tenha feito provisão para pagamento;
- (d) não pagamento, pela Emissora, das amortizações do Valor Nominal Unitário, conforme previsto na Cláusula 5.5 desta Escritura, dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas, nas respectivas datas previstas nesta Escritura, não sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (e) perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção da concessão de serviço público detida pela CHTP que possa comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura; e
- (f) transformação da Emissora e/ou da Fiadora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

6.3.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos na Cláusula 6.3.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

6.3.3. Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático. Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados abaixo (“Hipóteses de Vencimento Antecipado”), deverá convocar, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quórum específico estabelecido na Cláusula 6.3.4 abaixo:

- (a) prática de quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social da Emissora ou com esta Escritura que possam comprovadamente comprometer o pontual e integral cumprimento

das obrigações assumidas nesta Escritura, desde que não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias (exceto se prazo menor não for estabelecido nesta Escritura) contados do recebimento de comunicação do referido descumprimento do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas;

(b) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa causar um efeito adverso relevante na capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou da CHTP e/ou da Fiadora;

(c) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Emissora e/ou a CHTP e/ou a Fiadora, salvo se a operação tiver sido previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(d) ocorrência de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora;

(e) ocorrência de qualquer alteração na composição do capital social da Emissora e/ou ela CHTP e/ou da Fiadora, ou qualquer venda, cessão, oneração ou outra transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora e/ou ela CHTP e/ou da Fiadora, exceto se: (i) previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; (ii) qualquer dessas ocorrências se der em observância ao disposto nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) qualquer dessas ocorrências envolver os atuais acionistas indiretos integrantes do bloco de controle da Emissora; ou (iv) resultar em alteração na composição do capital social da CHTP, em razão da transferência das ações de sua emissão à controladora da Emissora (Eletrobras);

(f) alteração do objeto social da Emissora e/ou da CHTP e/ou da Fiadora, conforme atualmente disposto no Estatuto Social da Emissora e/ou da CHTP e/ou da Fiadora, conforme o caso, de forma que (i) a Emissora e/ou a CHTP e/ou a Fiadora, conforme o caso, deixem de atuar nos mercados em que atuam na data da celebração desta Escritura; ou (ii) acarrete a efetiva redução da capacidade de pagamento da Emissora e/ou da Fiadora;

(g) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures;

(h) caso os atuais acionistas controladores da Emissora deixem de deter ações representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social mais 1 (uma) ação de emissão da Emissora com direito a voto, salvo se previamente aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(i) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela

Emissora e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura, salvo se previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(j) realização de redução de capital social, resgate ou amortização de ações da Emissora e/ou da Fiadora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Emissora, conforme a última demonstração financeira trimestral auditada da Emissora;

(k) utilização, pela Emissora de notas fiscais e/ou faturas comprobatórias dos Investimentos, que foram objeto de outra fonte de financiamento, ocorrendo a duplicação do lastro do financiamento;

(l) não entrega de qualquer Relatório de Investimento e/ou da Carta Conforto em forma, conteúdo e nas datas estabelecidas nesta Escritura, observado o período de cura previsto na alínea “n” abaixo;

(m) consubstanciação por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora e/ou da Fiadora;

(n) descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de até 20 (vinte) dias (exceto se prazo menor não for estabelecido nesta Escritura) contados: (i) da comunicação do referido descumprimento pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) do recebimento pela Emissora de comunicação do referido descumprimento a ela enviada pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro, o que ocorrer primeiro;

(o) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela CHTP, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento de autoridade competente ou medida judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

(p) caso provem-se falsas, incompletas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Fiadora nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Emissão;

(q) alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora e/ou pela CHTP e/ou pela Fiadora de ativos permanentes, que possa, a critério dos Debenturistas, afetar

adversamente a capacidade econômico-financeira da Emissora e/ou da Fiadora, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento pela Emissora de comunicação do referido evento a ela enviada pelo Agente Fiduciário ou terceiros, a Emissora e/ou a Fiadora comprove aos Debenturistas que não sofreu qualquer redução em sua capacidade econômico-financeira;

(r) inadimplemento materialmente relevante ou vencimento antecipado, pela Fiadora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, observados os períodos de carência aplicáveis, em valor agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), desde que referido inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias contados do descumprimento da obrigação;

(s) não adequação, a critério dos Debenturistas, do Relatório de Investimento ou da Carta de Conforto ao descrito no Plano de Investimento, após período concedido para substituição dos itens inadequados, nos termos da Cláusula 4.6.5.3 acima;

(t) alteração da classificação de risco da Emissão que resulte em nota inferior a BBB+ da Standard & Poors ou equivalente de qualquer outra agência de *rating* a ser definida pelos Debenturistas;

(u) descumprimento da obrigação de manutenção: (i) dos Índices Financeiros previstos nas alíneas “i” e “j” da Cláusula 7.2.1 abaixo; e/ou (ii) do ICSD previsto na alínea “u” da Cláusula 7.1.1 abaixo;

(v) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações relevantes devidas à Agência de *Rating* ou ao Agente Fiduciário, observados os prazos de cura estabelecidos;

(w) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia, total ou parcial, de aspectos relevantes desta Escritura, desde que não revertido em 15 (quinze) dias;

(x) declaração de nulidade das Garantias ou ocorrência de qualquer ato superveniente que abale ou reduza o valor das Garantias, sem que haja substituição ou reforço da respectiva garantia, segundo condições previamente aprovadas pelos Debenturistas;

(y) utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos por meio da presente Emissão para destinação diversa ou intempestiva daquela prevista na Cláusula 4.6 desta Escritura;

(z) descumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e/ou no Contrato de Suporte de Acionistas, não sanado no prazo de até 15 (quinze) dias (exceto se prazo menor não for estabelecido nos referidos contratos) contados do recebimento de comunicação do referido descumprimento do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas;

(aa) inadimplemento ou vencimento antecipado, pela Emissora e/ou pela CHTP, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, observados os períodos de carência aplicáveis, em valor agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação à Emissora, e R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com relação à CHTP, desde que o referido inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias contados do descumprimento da obrigação;

(bb) inclusão da Emissora e/ou da CHTP e/ou da Fiadora em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanada ou declarada ilegítima no prazo de até 30 (trinta) dias, cujo valor, individual ou agregado, do fato que resultou em sua inclusão em referido cadastro de proteção ao crédito, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação à Emissora, e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com relação à CHTP e à Fiadora.

6.3.4. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.3.3 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário declare o vencimento antecipado das Debêntures. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

6.3.4.1. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 6.3.3 e 6.3.4 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral ou de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.3.6 abaixo.

6.3.5. Observado o disposto nesta Cláusula 6.3, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados de acordo com a Cláusula 5.4.2 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 10 (dez) Dias Úteis contados (a) do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida na Cláusula 6.3.2 acima, no caso de ocorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, ou (b) do recebimento da comunicação referida na Cláusula 6.3.4 acima, no caso de ocorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 5.10 desta Escritura.

6.3.6. As Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na Cláusula 6.3.3 acima aplicar-se-ão a eventuais controladas ou subsidiárias que a Emissora venha a constituir durante a vigência das Debêntures, cuja receita bruta anual represente valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da receita bruta anual consolidada da Emissora.

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

7.1. Obrigações Adicionais da Emissora

7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração de representante legal da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;

a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração;

a.3) dentro de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação pelo Agente Fiduciário, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado as suas expensas), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;

a.4) dentro de 15 (quinze) Dias Úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Acionistas e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a se realizar e de todas as reuniões da Diretoria;

a.5) dentro de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada à presente Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;

a.6) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 15 (quinze) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso,

acompanhada da sua respectiva cópia;

a.7) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;

a.8) informações a respeito da ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado ou Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário imediatamente após a verificação da ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado ou Hipótese de Vencimento Antecipado Automático;

a.9) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Resolução CVM 17, de 10/02/2021, conforme alterada; e

a.10) todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea “m” da Cláusula 8.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM;

(b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea “a.9” acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;

(c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora;

(d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(f) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possuir ativos;

(g) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, em até 1 (um) Dia Útil após a ocorrência do evento;

(h) notificar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis após a ocorrência do evento, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;

(i) tomar as medidas necessárias para:

i.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais;

i.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal; e

i.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um efeito relevante adverso na situação financeira da Emissora;

(j) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;

(k) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (i) a Agência de *Rating*; (ii) Banco Mandatário e Banco Escriturador; e (iii) Agente Fiduciário;

(l) relativamente à Agência de *Rating*, a Emissora deverá contratá-la e mantê-la contratada para a emissão e posterior atualização do relatório de *rating*, que deverá ser atualizado com periodicidade anual, com a emissão da respectiva súmula de classificação de risco das Debêntures, até a integral liquidação destas, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 15 (quinze) Dias Úteis após sua divulgação;

(m) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 4.6 acima;

(n) no caso de existir a necessidade de redução do quadro de pessoal da Emissora, oferecer aos trabalhadores a serem dispensados programa de treinamento voltado para oportunidades de trabalho na região em que exerciam suas funções e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido aos Debenturistas,

para apreciação, documento(s) que especifique(m) e ateste(m) a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ções) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;

(o) observar a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, zelando sempre para que a Emissora ou a Fiadora: (i) não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpra a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) detenha todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (vi) tenha todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;

(p) apresentar aos Debenturistas, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou documentos referentes à Emissora ou às Fiadoras. As referidas solicitações deverão ser feitas em nome dos Debenturistas, por meio de seus gestores, devido a demandas provenientes dos seguintes órgãos/entidades, sem prejuízo de outros: Conselho Curador, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e/ou outros órgãos e entidades responsáveis pela administração, gestão e/ou fiscalização dos recursos dos Debenturistas. O prazo para envio das informações e/ou documentos pela Emissora será estabelecido individualmente na época de cada solicitação, a qual poderá ser feita mediante o envio de correspondência, observados os termos da Cláusula 11.2 desta Escritura;

(q) providenciar reuniões entre a diretoria financeira e operacional da Emissora e representantes dos Debenturistas sobre o andamento dos Investimentos, caso solicitado pelos Debenturistas;

(r) enviar semestralmente ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, Relatórios de Investimentos discriminando: (i) o Investimento realizado tal como descrito no Plano de Investimentos; (ii) o produto ou o serviço adquirido; (iii) o fornecedor contratado; (iv) a data e o valor de cada pagamento; e (v) os números das respectivas notas fiscais ou faturas comprobatórias do Investimento realizado, que deverão ter datas de pagamento posteriores à Data de Emissão, sendo que: (I) o envio dos Relatórios de Investimentos deverá ser realizado até os dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano (sendo o primeiro envio em 20 de julho de 2012); e (II) a obrigação de enviar os Relatório de Investimentos subsistirá até o início das operações da CHTP, conforme comunicado ou resolução divulgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ou até o recebimento, pelos Debenturistas, da Carta de Conforto, o que ocorrer primeiro;

(s) enviar aos Debenturistas, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao final de cada

trimestre, relatório com as seguintes informações: (a) identificação e características do investimento realizado com os recursos da presente Emissão; (b) setor em que se insere o investimento; (c) localização do investimento; (d) número de empregos diretos e indiretos originados pelo investimento; (e) outros benefícios (sociais, econômicos, regionais) gerados com a implantação do investimento; (f) estimativa de início e de término dos novos investimentos; e (g) atualização do estágio atual e previsão de conclusão de todos os investimentos;

(t) enviar aos Debenturistas, ao final do prazo de 20 (vinte) dias contados do último dia de cada mês, relatório com as seguintes informações: (a) cronograma físico-financeiro atualizado de cada projeto comparado ao cronograma físico-financeiro inicialmente previsto no Plano de Investimentos; e (b) considerações da Emissora a respeito de eventuais avanços, atrasos e/ou distorções apresentadas na comparação do cronograma físico-financeiro atualizado de cada projeto com o cronograma físico-financeiro inicialmente previsto no Plano de Investimentos;

(u) manter verdadeiras as declarações e garantias constantes desta Escritura; e

(v) manter, durante a vigência das Debêntures, o ICSD igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos).

7.1.2. Para fins do disposto na alínea “v” da Cláusula 7.1.1 acima, fica desde já acordado que o ICSD será apurado pela Emissora e verificado semestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras auditadas da Emissora referentes ao semestre imediatamente anterior ao de verificação. O ICSD deverá ser disponibilizado ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

7.2. Obrigações Adicionais da Fiadora

7.2.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Fiadora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Fiadora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes às

Fiadoras ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras;

a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras da Fiadora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

a.3) dentro de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação pelo Agente Fiduciário, qualquer informação que razoável e de forma circunstanciada lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado as suas expensas), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;

a.4) dentro de 15 (quinze) Dias Úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Acionistas e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a se realizar e de todas as reuniões da Diretoria;

a.5) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Resolução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, conforme alterada; e

a.6.) informações a respeito da ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado ou Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, acompanhadas de um relatório da Fiadora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Fiadora pretende adotar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário imediatamente após a verificação da ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado ou Hipótese de Vencimento Antecipado Automático;

(b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Fiadora;

(c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(d) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(e) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possuir ativos;

(f) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Fiadora, em até 1 (um) Dia Útil após a ocorrência do evento;

(g) tomar as medidas necessárias para:

g.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais (observado, que, com relação às suas controladas diretas ou indiretas, nada nesta Cláusula proibirá tal controlada de dispor sobre seus ativos, observado o disposto nesta Escritura);

g.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal; e

g.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um efeito relevante adverso na situação financeira da Fiadora;

(h) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;

(i) manter, a partir de 30/06/2014, inclusive, durante a vigência das Debêntures, a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA igual ou inferior a 4,0 (quatro); e

(j) manter, durante a vigência das Debêntures, a relação entre o EBITDA e o Resultado Financeiro igual ou superior a 2 (dois) (sendo os índices financeiros previstos nas alíneas “i” e “j” desta Cláusula 7.2.1 em conjunto denominados “Índices Financeiros”).

7.2.2. Para fins do disposto nas alíneas “i” e “j” da Cláusula 7.2.1 acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Fiadora e verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras auditadas e demonstrações financeiras trimestrais em bases consolidadas da Fiadora referentes ao encerramento de cada exercício social ou trimestre, conforme o caso. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros e da declaração do Diretor de Relação com Investidores da Fiadora atestando o cumprimento de tais Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

7.2.3. Caso a Emissora ou a Fiadora venha a se comprometer, em qualquer outro documento ou contrato representativo de dívida, a manter relação de contas financeiras mais rigorosas do que o disposto nesta Escritura, tal nova relação passará a valer para as Debêntures como se aqui estivesse transcrito.

CLÁUSULA VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, a VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar os Debenturistas.

8.2. Declarações do Agente Fiduciário

8.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 6º da Resolução CVM 17 (anteriormente Artigo 10 da Instrução CVM 28), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução CVM 17;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (k) ter verificado a regularidade da constituição das Garantias prestadas aos Debenturistas, observando sua exequibilidade;
- (l) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM e
- (m) exercer a função de agente fiduciário na segunda emissão de debêntures da Termopernambuco S.A., sociedade do mesmo grupo econômico da Emissora, no valor total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), representada por 40.000 (quarenta mil) debêntures, da espécie subordinada, com garantia fidejussória da Eletrobras, com data de vencimento em 8 de outubro de 2014 e com pagamento de juros e pagamento de principal mensais.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, os Debenturistas deverão escolher novo agente fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, de referida nomeação.

8.3.1.1. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo. Caso não seja possível aplicar a mesma remuneração ao novo agente fiduciário, eventuais custos adicionais serão arcados pela Emissora.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado. O agente fiduciário substituto deverá ser escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada previamente e opor escrito pelos Debenturistas à Emissora.

8.3.4. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCERJA.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, sendo que o término do exercício de suas funções, em caso de substituição, será formalizado por meio de aditamento à presente Escritura, devidamente arquivado na JUCERJA.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pelos Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a esse respeito previstos em atos expedidos pela CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
- (j) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (k) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (l) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- m.4) amortizações do Valor Nominal Unitário e pagamentos de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures

efetuadas pela Emissora;

m.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

m.6) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pela Fiadora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros e do ICSD previstos nas alíneas “i” e “j” da Cláusula 7.2.1 acima e “v” da Cláusula 7.1.1 acima, respectivamente;

m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

m.9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures desta Emissão;

(n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos, na sede da Emissora, em sua sede social e em seu site (www.simplificpavarini.com.br):

(o) enviar comunicado aos Debenturistas informando que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;

(p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e ao Banco Escriturador;

(q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) notificar os Debenturistas no prazo máximo de 5 (cinco) dias de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;

(t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(u) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do Estatuto Social da Emissora

que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe notificar os Debenturistas para deliberar acerca da alteração proposta;

(v) acompanhar, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e

(w) conferir: (i) trimestralmente a manutenção dos Índices Financeiros previstos nas alíneas “i” e “j” da Cláusula 7.2.1 acima; e (ii) semestralmente a manutenção do ICSD previsto na alínea “v” da Cláusula 7.1.1 acima; devendo informar imediatamente os Debenturistas sobre qualquer descumprimento dos referidos Índices Financeiros e/ou ICSD, conforme o caso.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário, a critério dos Debenturistas, poderá utilizar ou tomar todas as medidas necessárias para que os Debenturistas utilizem quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) observados os termos e condições desta Escritura, executar as Garantias, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura;

(c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(d) requerer a falência da Emissora; e

(e) acompanhar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “e” da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” da Cláusula 8.5 acima.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração anual de R\$ 14.500,00 (catorze mil e quinhentos reais), devida pela Emissora.

8.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.6.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

8.6.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 8.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

8.6.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituído, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

8.6.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão ou as obrigações atribuídas ao Agente Fiduciário, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

8.6.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 8.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

8.6.8. As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes

nas datas de cada pagamento.

8.6.9. Em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere este item estão relacionadas: (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e/ou Assembleias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

8.6.9.1. Caso a remuneração adicional de que trata a Cláusula 8.6.9 acima ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), esta deverá ser previamente aprovada pela Emissora, sendo certo que tal limitação não impedirá o Agente Fiduciário de exercer suas funções, conforme previsto nesta Escritura.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, observado que despesas acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) deverão ser previamente aprovadas pela Emissora, sendo certo que essa limitação não impedirá o Agente Fiduciário de exercer suas funções, conforme previsto nesta Escritura.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 8.7 será efetuado, em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente

suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, em razão de motivo justificado;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nesta Cláusula 8.7, será acrescido à dívida da Emissora.

CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

9.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo

mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(d) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(e) a celebração desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a autorização do órgão regulatório e a inscrição da Escritura na JUCERJA;

(g) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(i) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(j) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(k) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(l) não tem conhecimento, até esta data, da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental

que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora;

(m) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(n) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Debenturistas;

(o) mantém em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das condições atuais de operação e funcionamento;

(p) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura; e

(q) as informações prestadas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Debenturistas tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, além dos riscos à suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos Debenturistas, na extensão exigida pela legislação aplicável.

9.2. A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura que:

(a) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;

(b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Fiadora, exigível de

acordo com os seus respectivos termos;

(e) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultará em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida nesta Escritura, ou (ii) rescisão desta Escritura;

(f) não tem conhecimento, até esta data, da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa afetar adversamente as obrigações assumidas nesta Escritura pela Fiadora;

(g) a celebração desta Escritura é compatível com a sua capacidade econômica, financeira e operacional de forma que a execução da Garantia Fidejussória prevista nesta Escritura, não deverá acarretar qualquer impacto negativo na sua capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações; e

(h) a Garantia Fidejussória, após o registro desta Escritura nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo, e de Brasília, Distrito Federal, nos termos previstos nesta Escritura, constituirá em favor dos Debenturistas um direito de garantia válido, eficaz, exigível e exequível.

9.3. A Emissora e a Fiadora se comprometem a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.2. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

10.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.3.1. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de

convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada, em primeira convocação, em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.5. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

10.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.8. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.9. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.9.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura.

10.9.1. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 10.9 acima as alterações relativas a: (i) Juros Remuneratórios; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) Resgate Antecipado; (iv) espécie das Debêntures; e (v) Direito de Preferência, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas nesta Cláusula 10.9.1 ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Despesas

11.1.1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, tais como: (a) remuneração do Agente Fiduciário, assessores legais, Agência de *Rating*, Banco Mandatário e Banco Escriurador; e (b) custos de registro nos órgãos competentes e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora.

11.2. Comunicações

11.2.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Teles Pires Participações S.A.

Praia do Flamengo, nº 154, 9º andar
222 10-906 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Flávio Cardim Gouveia de Lima
Tel.: (21) 3559-7109
E-mail: fcardim@uhetelespires.com.br

Para a Eletrobras/ Fiadora:

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras

Rua da Quitanda, nº 196, Centro
20091-005– Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Pedro Motta
Tel.: (21) 96546 2260
E-mail: df@eletrobras.com / pedro.motta@eletrobras.com

Para o Agente Fiduciário:

VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Gilberto Sabino, nº 215, conj 42, Pinheiros
05425-020, São Paulo - SP
At.: Sr. Marcio Teixeira
Sra. Eugênia Souza
Tel.: (11) 3030-7177
E-mail: agentefiduciario@vortex.com.br / pu@vortex.com.br (para fins de precificação)

Para o Banco Mandatário e Banco Escriurador:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar – Vila Yara
06029-900 – São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli
Tel.: (11) 3684-7654

Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

PARA A B3 – BALCÃO B3:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO – BALCÃO B3

Praça Antônio Prado, nº 48, 6º andar
CEP 01010-901 – Centro, São Paulo, SP
At.: Superintendência de Oferta de Títulos Corporativos e Fundos
Telefone: (11) 2565-5061
E-mail: valores.mobiliarios@b3.com.br

11.2.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.2.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.3. Renúncia

11.3.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba às Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

11.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

11.5. Lei Aplicável

11.5.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.6.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7. Veracidade da Documentação

11.7.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus assessores.

11.8. Cômputo do Prazo

11.8.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.9. Atualização de Valores

11.9.1. A partir da data de assinatura desta Escritura, todos os valores em reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou os Juros Remuneratórios.

11.10. Aditamentos à Presente Escritura

11.10.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Fiadora e posteriormente arquivados na JUCERJA e registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de São Paulo, Estado de São Paulo.

11.11. Da Irrevocabildade e Irretratabilidade da Escritura

11.11.1. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.12. Foro

11.12.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de maio de 2012.

(Dispensadas as assinaturas por se tratar de consolidação das alterações feitas à Escritura de Emissão. O restante da página deixado intencionalmente em branco)

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A., celebrado em 10 de maio de 2012

TERMOS DEFINIDOS

Ações da Emissora	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.9.1 desta Escritura.
AGE	Significa a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 15 de dezembro de 2011, rerratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 03 de maio de 2012.
Agência de <i>Rating</i>	Significa a agência de classificação de risco de renome internacional a ser contratada pela Emissora no âmbito da Emissão nos termos da Cláusula 5.2.2 desta Escritura.
Agente Fiduciário	Tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura.
Assembleia Geral ou Assembleia Geral de Debenturistas	Significa a assembleia geral de Debenturistas.
Ativos e Passivos Regulatórios	Significa os efeitos positivos ou negativos no resultado decorrente de custos não gerenciáveis (Parcela A), e que representam direitos e/ou obrigações que serão repassadas nos próximos reajustes tarifários. Esses efeitos são obtidos pela diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da fixação da tarifa nos reajustes tarifários anteriores. O cálculo desses ativos e passivos regulatórios ocorre de acordo com as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL e legislação específica (CVA – Conta de Ajuste das Variações da Parcela A).
Aviso aos Debenturistas	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.12.1 desta Escritura.
B3	Significa a B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO – BALCÃO B3
Banco Mandatário e Banco Escriurador	Têm os significados que lhes são atribuídos na Cláusula 4.5.1 desta Escritura.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardaui, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardaui, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

Carta de Conforto	Significa a carta emitida por sociedade de auditoria independente de primeira linha, atestando a veracidade e precisão das informações constantes dos Relatórios de Investimentos, a ser enviada pela Companhia aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.6.5 desta Escritura.
Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.9.1 desta Escritura.
CHTP	Significa a Companhia Hidrelétrica Teles Pires, atualmente controlada pela Emissora.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil	Significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.
Companhia ou Emissora	Tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura.
Comunicação de Resgate	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2.1.1 desta Escritura.
Conta Reserva	Significa a conta corrente mantida pela Emissora junto à Caixa Econômica Federal, na qual deverão ser mantidos, a partir do 33º (trigésimo terceiro) mês após a Data de Emissão, recursos equivalentes a próxima parcela a vencer de Amortização acrescida dos Juros Remuneratórios, a ser calculado pelo Agente Fiduciário, e que será objeto do ônus real constituído por meio do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Reserva.
Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	Significa o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 10 de maio de 2012, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, conforme aditado em 05 de dezembro de 2012, em 28 de dezembro de 2020 e, pela última vez, em 08 de novembro de 2023, pelo " <i>Terceiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças</i> " celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário, a Eletronorte, Furnas e Eletrosul.
Contrato de Suporte de Acionistas	Significa o Contrato de Suporte de Acionistas celebrado em 10 de maio de 2012, conforme aditado em 05 de dezembro de 2012 e, pela última vez, em 08 de novembro de 2023, pelo " <i>Segundo Aditamento ao Contrato de Suporte de Acionistas</i> ", celebrado entre a Companhia, Eletronorte, Furnas, Eletrosul e o Agente Fiduciário.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardaui, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poleto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardaui, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poleto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

CVM	Significa a Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.5.1 desta Escritura.
Data de Emissão	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1.3 desta Escritura.
Data de Incorporação	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.4.2.2 desta Escritura.
Data de Integralização	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.2.2 desta Escritura.
Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.6.1 desta Escritura.
Data de Resgate Antecipado	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2.1.1 desta Escritura.
Data de Vencimento	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1.4 desta Escritura.
Debêntures	Significa as debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, da Emissora.
Debêntures em Circulação	Significa todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas até segundo grau.
Debenturistas	Significa os titulares das Debêntures.
Dia Útil	Significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais ou dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.
Dívida Líquida	Significa a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos do mercado de capitais local e internacional e do saldo dos derivativos menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras, incluindo aplicações dadas em garantias de financiamentos e títulos e valores mobiliários.
EBITDA	Significa o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, considerados os ajustes dos Ativos e Passivos Regulatórios (CVA).
Eletrobras	Tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardaui, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poleto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardaui, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poleto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

Eletrosul	Significa a Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A.
Eletronorte	Significa a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte
Emissão ou Oferta	Significa a primeira emissão privada de Debêntures, nos termos desta Escritura.
Encargos Moratórios	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.10.1 desta Escritura.
Fiadora	Significa a Eletrobras, fiadora da Emissora no âmbito da presente Emissão.
Furnas	Significa Furnas Centrais Elétricas S.A.
Garantias	Significa a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Garantia Fidejussória, quando referidos conjuntamente.
Garantia Fidejussória	Significa a garantia fidejussória prestada pela Fiadora por meio da presente Escritura.
Hipóteses de Vencimento Antecipado	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.3.3 desta Escritura.
Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.3.1 desta Escritura.
ICSD	<p>Significa o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, calculado da seguinte forma:</p> $\text{ICSD} = (\text{Saldo da Conta Reserva} + \text{VD}) / (\text{VNU} + \text{JR})$ <p>onde,</p> <p>“<u>Saldo da Conta Reserva</u>” é o valor de todos os recursos presentes na Conta Reserva na data do encerramento do semestre imediatamente anterior ao de verificação;</p> <p>“<u>VD</u>” é o valor, em Reais, expresso em 6 (seis) casas decimais, apurado na respectiva Data de Verificação, equivalente ao valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos em razão da participação acionária da Emissora na CHTP, conforme apresentado nas informações financeiras semestrais auditadas da Emissora referentes ao semestre imediatamente anterior ao de verificação;</p> <p>“<u>VNU</u>” é o valor equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, efetivamente pago no semestre imediatamente anterior ao de verificação; e</p> <p>“<u>JR</u>” é o valor dos Juros Remuneratórios efetivamente pagos no semestre imediatamente anterior ao de verificação.</p>

Índices Financeiros	Tem o significado que lhe é atribuído na alínea “j” da Cláusula 7.2. desta Escritura.
Investimentos	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.6.1 desta Escritura.
JCDF	Significa a Junta Comercial do Distrito Federal.
JUCERJA	Significa a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Juros Incorporados	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.4.2.2 desta Escritura.
Juros Remuneratórios	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.4.2 desta Escritura.
Lei das Sociedades por Ações	Significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Parte	Tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura.
Período de Capitalização	Significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.
Plano de Investimentos	Significa a descrição de todos os possíveis investimentos a serem realizados pela Emissora, com recursos da presente Emissão constante do Anexo II desta Escritura.
Relatório de Investimento	Significa o relatório a ser enviado semestralmente, até os dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano (sendo o primeiro envio em 20 de julho de 2012), e até o início das operações da CHTP, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, pela Emissora, discriminando: (i) o Investimento realizado tal como descrito no Plano de Investimentos; (ii) o produto ou serviço adquirido; (iii) o fornecedor contratado; (iv) a data e o valor de cada pagamento, e (v) o número das respectivas notas fiscais ou faturas comprobatórias do Investimento realizado, que deverão ter datas de emissão posteriores à Data de Emissão.
Resgate Antecipado	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2.1 desta Escritura.
Resolução CVM 17	Significa a Resolução CVM nº 17, de 10/02/2021, conforme alterada.
Resultado Financeiro	Significa a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre o capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado “1”.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

Saldo do Valor Nominal Unitário	Significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescentes após cada Data de Amortização.
SND	Significa o SND - Módulo Nacional de Debêntures.
Taxa DI	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.4.2 desta Escritura.
Valor de Resgate	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2.2 desta Escritura.
Valor Garantido	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.8.2 desta Escritura.
Valor Nominal Unitário	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1.1 desta Escritura.

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A., celebrado em 10 de maio de 2012 e conforme aditada

PLANO DE INVESTIMENTOS

Usina Hidrelétrica Teles Pires	
Total (R\$ mil - Base : 01/12/2010)	3.774.172
EPC Projetos	91.202
EPC Equipamentos / Montagem	1.284.277
EPC Civil	1.920.000
Meio Ambiente	218.069
Terreno	115.931
Gestão do Empreendimento	46.500
Engenharia do Proprietário	35.800
Completion / Performance Bond	42.282
Seguros + Garantias	5.303
Aquisicao de direitos	14.808

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A., celebrado em 10 de maio de 2012 e conforme aditada.

TABELA DE AMORTIZAÇÃO

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
30 de novembro de 2015	2,94%
30 de maio de 2016	2,94%
30 de novembro de 2016	2,94%
30 de maio de 2017	2,94%
30 de novembro de 2017	2,94%
30 de maio de 2018	2,94%
30 de novembro de 2018	2,94%
30 de maio de 2019	2,94%
30 de novembro de 2019	2,94%
30 de maio de 2020	2,94%
30 de novembro de 2020	2,94%
30 de maio de 2021	2,94%
30 de novembro de 2021	2,94%
30 de maio de 2022	2,94%
30 de novembro de 2022	2,94%
30 de maio de 2023	2,94%
30 de novembro de 2023	2,94%
30 de maio de 2024	2,94%
30 de novembro de 2024	2,94%
30 de maio de 2025	2,94%
30 de novembro de 2025	2,94%
30 de maio de 2026	2,94%
30 de novembro de 2026	2,94%
30 de maio de 2027	2,94%
30 de novembro de 2027	2,94%
30 de maio de 2028	2,94%
30 de novembro de 2028	2,94%
30 de maio de 2029	2,94%
30 de novembro de 2029	2,94%
30 de maio de 2030	2,94%
30 de novembro de 2030	2,94%
30 de maio de 2031	2,94%
30 de novembro de 2031	2,94%
30 de maio de 2032	2,98%
TOTAL	100%

Este documento foi assinado digitalmente por Cajo Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bichara Pardaui, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poleto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

Este documento foi assinado digitalmente por Cajo Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bichara Pardaui, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poleto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A., celebrado em 10 de maio de 2012 e conforme aditado.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MANDATO

Por meio deste instrumento de mandato, **TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia do Flamengo, nº 154, 9º andar – CEP 22210-906 - Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Outorgante”), nomeia e constitui, em caráter irrevogável, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04 (“Outorgado”), como seu procurador para, em seu nome e nos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo relativos ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado nesta data (“Contrato”) entre a Outorgante, o Outorgado, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de Agente Fiduciário, e ainda, como interveniente anuente, **FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL – Eletrobras CGT Eletrosul e CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE.**

Termos iniciados com letras maiúsculas neste instrumento deverão ter o significado a eles atribuído no Contrato.

Por meio deste instrumento de mandato, a Outorgante outorga ao Outorgado poderes para:

- (a) adquirir, vender e liquidar os Investimentos Permitidos, conforme previsto no Contrato;
- (b) cumprir as instruções dadas pela Outorgante ou pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no Contrato;
- (c) receber, investir, sacar e transferir recursos, conforme previsto no Contrato;
- (d) realizar as movimentações de valores na Conta Reserva, conforme previsto no Contrato;
- (e) tomar todas as medidas e assinar qualquer instrumento perante qualquer autoridade para os fins do Contrato; e
- (f) assinar, apresentar e formalizar qualquer documento, praticar qualquer ato ou tomar qualquer outra providência que possa ser necessária para os fins do Contrato.

A Outorgante compromete-se neste ato a ratificar qualquer ato que o Outorgado tenha praticado em virtude dos poderes outorgados por este instrumento de mandato e concorda em indenizar o Outorgado ou qualquer sucessor ou substabelecido, com relação a qualquer dano, obrigação, perda, custo ou despesa que possa resultar de

qualquer ato praticado estritamente de acordo com os termos deste instrumento de mandato.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pela Outorgante ao Outorgado nos termos do Contrato ou de qualquer outro documento e não anulam nem revogam tais poderes.

Este instrumento de mandato é outorgado em cumprimento das disposições do Contrato (para que o Outorgado cumpra as obrigações estabelecidas no Contrato), de acordo com o artigo 684 do Código Civil Brasileiro, e deverá ser irrevogável, válido e eficaz (i) até a resolução do Contrato ou (ii) no caso de o Outorgado renunciar ou ser destituído nos termos do Contrato, até a outorga de poderes idênticos ao Novo Banco Depositário, nos termos do Contrato (conforme alterado e/ou consolidado) ou qualquer contrato que substitua o Contrato, por meio de um novo instrumento de mandato a ser outorgado pela Outorgante.

Este instrumento de mandato é regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

[*local*], [*data*].

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

_____ Nome: Cargo:	_____ Nome: Cargo:
--------------------------	--------------------------

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A., celebrado em 10 de maio de 2012 e conforme aditado

CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Valor Principal:	R\$ 650.000.000,00
Obrigações Garantidas:	As Obrigações Garantidas incluem não apenas o Valor Principal mencionado acima, mas também os juros incidentes sobre o referido valor, comissões, despesas, honorários, indenizações e diversas outras obrigações da Teles Pires Participações S.A. relacionadas às Debêntures.
Data de Vencimento:	As Debêntures terão prazo de vencimento de 20 anos a contar da data de emissão (“Data de Vencimento”).
Amortização:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Incorporados, será amortizado em 34 parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira amortização realizada no 42º mês contado a partir da Data de Emissão, ou seja, em 30 de novembro de 2015, e a última amortização na Data de Vencimento.
Periodicidade de pagamento de Juros Remuneratórios:	O pagamento dos Juros Remuneratórios será feito semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido no 42º mês após a Data de Emissão, ou seja, em 30 de novembro de 2015 e o último pagamento na Data de Vencimento.
Taxa de Juros:	Sobre o Valor Principal das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br), acrescida de um <i>spread</i> ou sobretaxa de 0,7% ao ano, da Data de Emissão até 15 de setembro de 2023, inclusive e, a partir desta data, de 1,80% ao ano.

A presente tabela, que resume certos termos das Obrigações Garantidas, foi elaborada pelas Partes para fim de dar atendimento à legislação aplicável. No entanto, a presente tabela não se destina a – e não será interpretada de modo a – modificar, alterar, ou cancelar e substituir os termos e condições efetivos das Debêntures e das demais Obrigações Garantidas ao longo do tempo, tampouco limitará os direitos do Agente Fiduciário, nos termos do presente Contrato.

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A., celebrado em 10 de maio de 2012 e conforme aditado

MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO

[Local], [--] de [--] de [--].

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Com cópia para:
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

Ref.: Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças

Prezados Senhores,

Nos termos da Cláusula 5.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 10 de maio de 2012 entre a Teles Pires Participações S.A., a Caixa Econômica Federal ("Banco Depositário"), a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de Agente Fiduciário, e ainda, como interveniente anuente, FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL – Eletrobras CGT Eletrosul e CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE, o Agente Fiduciário vem, por meio desta, informar a V.Sas. sobre a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato.

Diante do exposto, o Agente Fiduciário requer que seja efetivado o imediato bloqueio da Conta Reserva mantida no Banco Depositário.

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

Atenciosamente,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Ciente:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Teles Pires Participações S.A., celebrado em 10 de maio de 2012 e conforme aditado

MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE DESBLOQUEIO

[Local], [--] de [--] de [--].

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Com cópia para:
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

Ref.: Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças

Prezados Senhores,

Nos termos da Cláusula 5.2 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 10 de maio de 2012 entre a Teles Pires Participações S.A., a Caixa Econômica Federal ("Banco Depositário"), a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de Agente Fiduciário, e ainda, como interveniente anuente, FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL – Eletrobras CGT Eletrosul e CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE, o Agente Fiduciário vem, por meio desta, solicitar o imediato desbloqueio da Conta Reserva mantida no Banco Depositário, observadas todas as demais condições estabelecidas na Cláusula IV do Contrato.

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

Atenciosamente,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Ciente:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Este documento foi assinado digitalmente por Caio Pompeu De Souza Brasil Neto, Renato De Almeida Rocha, Marcus De Barros Pinto, Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins, Bruna Vasconcelos Monteiro, Rafael Toni Silva, Eduardo Cardeal Tomazzia, Marcelo Curtinhas Da Silva, Antonio Augusto Bechara Pardauli, Ivan Bichara Sobreira Neto, Luiz Eduardo Marques Moreira, Cleicio Poletto Martins e Hugo Leonardo Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código B1D2-7B80-493B-30C9.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/B1D2-7B80-493B-30C9> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B1D2-7B80-493B-30C9



Hash do Documento

05BD2E535A9F9579C0724547AC264657B4A40FB4F642810295836862B468B2DA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/11/2023 é(são) :

- Caio Pompeu de Souza Brasil Neto - 952.940.407-78 em
14/11/2023 15:24 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Renato de Almeida Rocha - 088.419.287-35 em 08/11/2023 20:23
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marcus de Barros Pinto - 540.795.517-20 em 08/11/2023 19:29
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Raquel Santa Cruz Saboya Dias Martins - 073.810.437-00 em
08/11/2023 19:13 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Bruna Vasconcelos Monteiro - 356.140.478-24 em 08/11/2023
18:07 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Rafael Toni - 383.115.638-70 em 08/11/2023 17:52 UTC-03:00
Nome no certificado: Rafael Toni Silva
Tipo: Certificado Digital
- Eduardo Cardeal Tomazzia - 052.843.669-48 em 08/11/2023
17:27 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marcelo Curtinhas da Silva (Testemunha) - 941.660.991-91 em
08/11/2023 16:38 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Antonio Augusto Bechara Pardauil - 212.031.482-91 em
08/11/2023 16:15 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☑ Ivan Bichara Sobreira Neto (Testemunha) - 046.675.914-20 em 08/11/2023 15:20 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☑ Luiz Eduardo Marques Moreira - 029.221.307-70 em 08/11/2023 15:04 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☑ Clecio Poletto Martins - 023.954.549-40 em 08/11/2023 14:39 UTC-03:00

Nome no certificado: Cleicio Poletto Martins

Tipo: Certificado Digital

- ☑ Hugo Leonardo da Silva - 703.684.301-20 em 08/11/2023 14:20 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Certificado de Registro de Documento Eletrônico

Nº de controle: EBC6A1DC23F89CA3697AA9BACB341900AB2158908371D216EEB5B74079A5CA45

Certifico e dou fé que esse documento eletrônico, foi apresentado no dia 30/11/2023 , protocolado sob o nº 1968499 e averbado ao protocolo nº 1792477, na conformidade da Lei 6.015/1973 e Medida Provisória 2.200/2001, sendo que esta evidência transcreve as informações de tal registro. O Oficial.

Características do documento original

Arquivo: 20231122162374129.pdf

Páginas: 86

Nomes: 7

Descrição: CONTRATO DE CESSÃO

Assinaturas digitais do documento original



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEP66183-ABF
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

1º OF. REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS

Cód. TJ: 0747 - RIO DE JANEIRO

Documento apresentado hoje e registrado sob nº de protocolo 1968499

RIO DE JANEIRO - 30/11/2023

EMOL+PMCMV: 349,52 Distribuidor: 33,14 FETJ: 74,04

FUNDPERJ: 18,51 FUNPERJ: 18,51 FUNARPEN: 14,76

ISSQN: 19,90 T O T A L (R\$): 528,38